

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
LICENCIATURA EM LETRAS-INGLÊS

QUEZIA LUANA RODRIGUES FRANCO

A REPRESENTAÇÃO DA BRANQUITUDE EM *THE BELL JAR* (2005 [1963]): uma
análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood

PARNAÍBA

2024

QUEZIA LUANA RODRIGUES FRANCO

**A REPRESENTAÇÃO DA BRANQUITUDE EM *THE BELL JAR* (2005 [1963]): uma
análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a integralização
do curso de Letras-Inglês da Universidade
Estadual do Piauí, campus Alexandre Alves
de Oliveira (Parnaíba), sob orientação do Prof.
Dr. Ruan Nunes Silva.

PARNAÍBA

2024

F825r Franco, Quezia Luana Rodrigues.

A representação da branquitude em *The Bell Jar* (2005 [1963]):
uma análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood /
Quezia Luana Rodrigues Franco. - 2024.
50 f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí -
UESPI, Licenciatura Plena em Letras-Inglês, Campus Prof. Alexandre
Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2024.

"Orientador: Prof. Dr. Ruan Nunes Silva".

1. Estudos críticos da branquitude. 2. Privilégios brancos. 3.
The bell jar. 4. Raça. I. Silva, Ruan Nunes . II. Título.

CDD 420

QUEZIA LUANA RODRIGUES FRANCO

A REPRESENTAÇÃO DA BRANQUITUDE EM *THE BELL JAR* (2005 [1963]): uma
análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a integralização
do curso de Letras-Inglês da Universidade
Estadual do Piauí, campus Alexandre Alves
de Oliveira (Parnaíba), sob orientação do Prof.
Dr. Ruan Nunes Silva.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor orientador: **Doutor Ruan Nunes Silva**

Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves
de Oliveira

Professora convidada: **Doutora Renata Cristina da Cunha**

Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves
de Oliveira

Professor convidado: **Doutor Leonardo Davi Gomes de
Castro Oliveira**

Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves
de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Meu singelo, mas de coração, agradecimento a todos que me apoiaram e sempre acreditaram que eu conseguiria finalizar meu trabalho: Deus, minha família (mamãe, papai, Luellen, João, vovó e tia Auri), que sempre me apoiaram nos meus estudos; meu namorado Sergio Camilo, que, mesmo longe, sempre está ao meu lado; meu gatinho Francisco José, que foi meu suporte emocional durante esses últimos dois anos; minha melhor amiga Mayane Moura, que sempre me ouviu e acolheu; meus amigos queridos (de dentro e fora da graduação) que estiveram comigo em minha trajetória; meus professores queridos, Renata, Leonardo, Francimaria, Elaine, Carolina e Leandro, e, em especial, meu orientador, Ruan Nunes, que teve a paciência de corrigir várias vezes as mesmas coisas!

Eu não teria conseguido sem o apoio de vocês!

RESUMO

FRANCO, Quezia Luana Rodrigues. **A REPRESENTAÇÃO DA BRANQUITUDE EM *THE BELL JAR* (2005 [1963]): uma análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood**. 2024. 51 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2024.

A branquitude representa uma categoria racial criada em benefício de um determinado grupo de pessoas. Ela é a principal catalisadora de desigualdades raciais e tem sido analisada sob as lentes críticas da critical whiteness studies (ou estudos críticos da branquitude, em português). Este campo de pesquisa torna possível entender de que forma a construção social que se tem de raça tem afetado nossa sociedade e permite observar como ela é representada na prática cultural desta pesquisa: *The Bell Jar*, um romance estadunidense que se passa na década de 1950 e foi escrito pela autora Sylvia Plath. A obra possibilita vislumbrar como as problemáticas de raça daquele período se traduzem na vida da personagem Esther Greenwood, protagonista do romance. Diante disso, esta pesquisa visa responder à seguinte questão norteadora: De que formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude? A fim de responder a essa pergunta, foi formulado o seguinte objetivo geral: Investigar de que formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude. Para alcançar esse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Discutir os pressupostos teóricos dos estudos críticos da branquitude, com ênfase na ideia de privilégios brancos, e relacionar as formas de pensar, sentir e agir da protagonista, baseadas em seus privilégios brancos, nas suas relações intra- e interpessoais. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma investigação de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa de natureza exploratória, seguida de cunho interpretativista, fundamentada em autores como Kabengele Munanga (2019), Haney López (1994), Richard Delgado e Jean Stefancic (2001) e Steve Garner (2007). Em síntese, os resultados desta pesquisa revelam que, apesar de se beneficiar de seu privilégio branco, adentrando em espaços dominados pela branquitude e alavancando seu status social, Esther, enquanto jovem pobre e filha de imigrantes nos Estados Unidos, não é plenamente parte do sistema. Isso gera uma série de crises existenciais na personagem. Infelizmente, Esther não entra em embate com o sistema, mas o reproduz, tornando-se uma perpetuadora dos ideais brancocêntricos de sua época, cometendo microagressões e macroagressões contra grupos racializados.

Palavras-chave: Estudos críticos da branquitude; privilégios brancos; *The Bell Jar*; raça.

ABSTRACT

FRANCO, Quezia Luana Rodrigues. **A REPRESENTAÇÃO DA BRANQUITUDE EM *THE BELL JAR* (2005 [1963]): uma análise acerca dos privilégios brancos de Esther Greenwood**. 2024. 51 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2024.

Whiteness represents a racial category created for the benefit of a certain group of people. It is the main catalyst for racial inequalities and has been analyzed through the critical lens of Critical Whiteness Studies. This research field makes it possible to understand how the social construction of race has affected our society and allows us to observe how it is represented in the present cultural practice analyzed: *The Bell Jar*, an American novel set in the 1950s and written by the author Sylvia Plath. The story provides a glimpse into how the racial issues of that period are translated into Esther Greenwood's life, the novel's protagonist. In view of this, this research aims to answer the following guiding question: What are the ways in which Esther Greenwood enjoys and suffers from her white privileges in the literary work *The Bell Jar* (2005 [1963]), from the standpoint of critical whiteness studies? To answer this question, the following general objective was formulated: To investigate the ways in which Esther Greenwood enjoys and suffers from her white privilege in the literary work *The Bell Jar* (2005 [1963]), from the standpoint of critical whiteness studies. To achieve this general objective, the following specific objectives were established: To discuss the theoretical grounds of critical whiteness studies, with an emphasis on the notion of white privilege, and to relate the ways in which the protagonist thinks, feels, and acts based on white privilege in her intra- and interpersonal relationships. For the purpose of achieving these objectives, a bibliographical investigation was carried out, with a qualitative approach of an exploratory nature, followed by an interpretivist perspective, based on authors such as Kabengele Munanga (2019), Haney López (1994), Richard Delgado and Jean Stefancic (2001), and Steve Garner (2007). In summary, the results of this research reveal that, despite benefiting from her white privilege, entering spaces dominated by whiteness, and leveraging her social status, Esther, as a poor young woman and immigrant daughter in the United States, It is not fully part of the system. This creates a series of existential crises for the character. Unfortunately, Esther does not confront the system; in fact, she reproduces it, becoming a perpetuator of the whitecentric ideals of her time, committing microaggressions and macroaggressions against racialized groups.

Keywords: Critical whiteness studies; white privileges; *The Bell Jar*; race.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
2 DE ONDE VEM A BRANQUITUDE:.....	14
2.1 Raça como problema.....	14
2.2 De raça aos estudos críticos de branquitude	17
2.3 Visão histórica	23
3 Dentro e fora da redoma da branquitude	27
3.1 Sylvia Plath	27
3.2 A redoma de vidro	28
3.3 A branquitude como expressão intrapessoal: Esther em si mesma.....	29
3.4 A branquitude como expressão interpessoal: Esther e o mundo.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Eu¹, sinceramente, não lembro ao certo onde visualizei pela primeira vez o nome de Sylvia Plath, mas me lembro de tentar, de alguma forma, procurar autores que são utilizados dentro do curso de Letras-Inglês. Afinal, eu estava muito empolgada em começar a graduação e gostaria de me aproximar, de alguma maneira, desse novo ambiente. Desde então, comecei a pesquisar sobre a vida da autora e ficava muito triste em saber que ela se foi tão cedo. No entanto, foi somente em 2020, ano da pandemia de COVID-19, que eu comprei um exemplar de seu único romance, *The Bell Jar*.

Lendo o livro aos poucos, tenho quase certeza de que decidi comprar a obra porque havia lido resenhas que diziam o quanto a autora era triste e depressiva, e isso despertava meu interesse de alguma forma. Comecei a utilizá-la porque me identificava com algumas das experiências pessoais da escritora a partir da leitura de artigos e blogs sobre algumas de suas vivências retiradas de seus diários, poemas e outras obras. Esse interesse me levou a escrever um artigo sobre o livro, no bloco 4 da graduação, à luz da crítica literária feminista, e, embora o resultado do trabalho não tenha sido positivo devido à má escrita e à organização do trabalho, acredito que o livro tenha muito a falar sobre a sociedade patriarcal na qual as mulheres são alvos constantes, e Esther Greenwood conseguia enxergar isso muito bem.

Na mesma disciplina citada previamente, utilizei o poema “Daddy”, um de seus mais famosos, como fonte de análise para apresentação de um seminário sob as lentes da teoria psicanalítica. Continuei a trabalhar com a autora na disciplina de Writing I, ainda no bloco 04, e cheguei a escrever um parágrafo que recebeu elogios do professor, o que me deixou mais animada ainda para trabalhar com a obra de Sylvia Plath. A sensação de escrever sobre algo que você verdadeiramente gosta e ainda aplicar isso na vida acadêmica é incrível. No entanto, ao ler novamente aquele livro que, durante um bom período de tempo, foi meu grande aliado no curso, tive a sensação estranha de que algo estava errado. A leitura estava me incomodando, e eu já não me alinhava tanto com Esther Greenwood. Anteriormente, eu estava tão focada em me identificar com o sofrimento da personagem que não me atentei a detalhes que hoje me fazem refletir.

Após conversas com a Profa. Dra. Renata Cristina da Cunha e o Prof. Dr. Ruan Nunes, na tentativa de encontrar um caminho para meus questionamentos, obtive uma luz. Os

¹ Em virtude da natureza do surgimento do interesse pela problemática da pesquisa, esta narrativa emprega a perspectiva da 1ª pessoa do singular.

professores me ajudaram a enxergar um caminho para trilhar minha pesquisa por meio de uma área teórico-crítica chamada Critical Whiteness Studies (CWS) ou, em português, Estudos Críticos da Branquitude, as lentes que guiam este trabalho. Segundo a professora e pesquisadora Lia Vainer Suchman, esta teoria representa o momento de mudança dos Estados Unidos na década de 1990, em que “[o]s olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos ‘outros’ racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos” (2012, p. 17). É, portanto, um campo de pesquisa que vem reorientar as discussões que se têm sobre o sentido de raça; é uma tentativa de transição de foco.

De acordo com a professora Karine Silva (2023, p. 06, minha tradução), “[o] sociólogo americano W.E.B. Du Bois é o precursor do que viria a ser designado por estudos críticos da branquitude nos Estados Unidos a partir da década de 1990”². Estes estudos englobam pesquisas acerca da identidade racial branca como catalisadora de desigualdades raciais. Na mesma linha de pensamento e em contexto nacional, Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone (2016, p.11) comparam o fenômeno do racismo como um iceberg na qual a “parte visível corresponderia às manifestações de preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais”.

Em outras palavras, o racismo não se restringe somente a manifestações visíveis de preconceito, sendo na verdade algo muito mais profundo e que permeia a sociedade. O termo branquitude, alinhado a essa ideia de invisibilidade, parece não ter uma definição estável (Garner, 2007). Esse termo representa uma estrutura “silenciosa” que privilegia pessoas brancas. Para Bento (2002, p. 01), o branco é visto como “universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos”. Assim, é necessário entender o indivíduo branco como principal objeto de estudo na tentativa de desvelar esse sistema que dá margem à desumanização de outras raças.

Segundo Ruan Nunes (2021, p. 211), “[e]scolher apenas obras de sujeitos minoritários como espaço de discussão de determinados temas pode, infelizmente, repetir o padrão de produção de exclusão”. Seguindo a reflexão do autor, procuramos realizar, neste espaço, um estudo acerca dos privilégios brancos que permeiam a vida de Esther Greenwood, entendendo que a branquitude não é um conceito “novo”. Esse termo, que surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos, refere-se às vantagens proporcionadas a um único grupo, o de pessoas brancas, cujo intuito é explicar como tais indivíduos se posicionam sobre seus privilégios. Na visão de

² “American sociologist W.E.B. Du Bois is the precursor of what would be called Critical Whiteness Studies in the United States from the 1990s onward”.

Kendall (2002, p. 01, tradução nossa), “[o] privilégio branco é um conjunto de benefícios institucionais (e não pessoais) concedidos àqueles de nós que, pela raça, se assemelham às pessoas que dominam as posições de poder nas nossas instituições”³.

Esse privilégio se exemplifica no período pós-guerra, no qual se propagavam ideias *American Dream*⁴: “Este fenômeno formou-se no que é hoje conhecido como a Era do Pós-Guerra: o período de grande otimismo e prosperidade econômica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, durante o final dos anos 40 e 50”⁵ (Gray, 2000, p. 01, tradução nossa). Ocorre que esses ideais eram certamente aplicados somente ao grupo hegemônico, pois, enquanto os cidadãos brancos dos Estados Unidos estavam empenhados em construir suas lindas casas e uma família grande e financeiramente próspera, outras minorias, como pessoas negras, estavam lutando apenas pelos seus direitos fundamentais.

Assim, este período revela disparidades significativas entre dois grupos: pessoas brancas e grupos marginalizados. A prática cultural em questão consegue traduzir essas divergências, isso porque é possível, por meio das experiências da protagonista, a saber, uma mulher branca da década de 1950, traçar conexões entre o contexto histórico da obra e a personagem. Sendo assim, este trabalho pretende responder à seguinte questão norteadora: De quais formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude? Analisaremos, portanto, o perfil pessoal e profissional da protagonista, além de refletir sobre suas formas de pensar, agir e sentir, considerando seus privilégios brancos e suas relações inter- e intrapessoais.

A fim de responder a essa questão, foi estabelecido o seguinte objetivo geral: Investigar de quais formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude. Para alcançar esse objetivo geral, foram delineados como objetivos específicos: Discutir os pressupostos teóricos dos estudos críticos da branquitude com ênfase na noção de privilégios brancos; Relacionar as formas de pensar, sentir e agir da protagonista baseada em seus privilégios brancos nas suas relações intra- e interpessoais.

Visando atingir os objetivos delimitados, apresentamos aqui os procedimentos metodológicos utilizados na construção desta pesquisa. Tendo em vista a prática cultural

³ “White privilege is an institutional (rather than personal) set of benefits granted to those of us who, by race, resemble the people who dominate the powerful positions in our institutions”.

⁴ “O sonho americano é um sonho de movimento. É um sonho de mobilidade ascendente; um sonho de viver uma vida de alguma forma melhor, mais rica e mais plena do que a que os seus pais viveram” (GRAY, 2000, p.01, minha tradução).

⁵ “This phenomenon was formed in what is now known as the Post-War Era: the period during the late 1940's and 50's of great optimism and economic prosperity that followed World War II”.

utilizada, optamos pela utilização de recursos bibliográficos que, segundo Airton Marques Silva, “objetiva[m] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com a finalidade de colaborar na análise de sua pesquisa” (2015, p. 83).

Pelo seu caráter bibliográfico, destacamos que a presente investigação, quanto a sua abordagem, é uma pesquisa qualitativa, pois visa uma análise subjetiva do objeto de estudo em questão. Estando em conformidade com Silva (2015, p. 54), o qual defende que “[o]s pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo, e não com os resultados e produtos. A preocupação está em conhecer como determinado fenômeno se manifesta;”.

Quanto a sua natureza, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, pois, como sublinha Gil (2008, p. 27), uma pesquisa exploratória é realizada “especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Nesse sentido, este trabalho pretende adentrar num campo de pesquisa que, embora discutido, ainda é pouco explorado em relação a demais temas, visto que pretendemos confrontar o racismo do ponto de partida do opressor e não do oprimido. Essa perspectiva oferece um novo enfoque nas discussões sobre preconceito racial, destacando a raça como um catalisador crucial das desigualdades social e proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, inicialmente realizamos uma revisão de literatura com base em autores que fazem parte ou possuem alguma relação com o campo dos estudos críticos da branquitude. Assim, a seleção de fontes para este trabalho foi baseada nos seguintes critérios de inclusão e exclusão: foram mantidas como fonte de pesquisa obras que discutem raça como uma concepção social não biológica, bem como aquelas que abordam a branquitude como problema advindo dessa construção, utilizando especialmente as que problematizam o tema com o espaço geográfico dos Estados Unidos, tendo em vista que a prática cultural desta pesquisa se desenvolve neste país. Este trabalho, portanto, baseia-se no campo de estudo que W. E. B. Du Bois difundiu e será intermediado por autores como Kabengele Munanga (2019), Haney López (1994), Richard Delgado e Jean Stefancic (2001), Steve Garner (2007) e outros.

Quanto aos critérios de inclusão e de exclusão dos dados da pesquisa, destacamos os excertos nos quais podemos demonstrar a branquitude representada na personagem através de suas relações intra- e interspessoais. Todos os trechos que não contribuem para esse recorte de análise foram desconsiderados.

Uma vez descrita a questão metodológica, cabe indicar que este trabalho não surge de um vazio: outros escritos vieram antes e, certamente, contribuem para a análise proposta de *The Bell Jar*. Com isso, realizamos uma pesquisa do estado da arte com os seguintes critérios: como critério de inclusão de antecedentes, determinamos: (i) escritos que tenham como objeto de estudo o livro *The Bell Jar*; (ii) trabalhos que analisem a obra *The Bell Jar* por meio de recortes da protagonista sob o ponto de vista das questões de superioridade de raça e de gênero.

Pela escassez de trabalhos que se adequem ao tema proposto neste trabalho, e pela posição canônica do romance na literatura estadunidense, não foram definidos períodos de tempo para publicação. Após as buscas em base de dados digitais, como google acadêmico, foram localizados apenas dois trabalhos: uma dissertação de Ann Garnsey (1997) e uma tese de Laura Anderson (2023).

O primeiro trabalho encontrado, intitulado *Racial touring in twentieth-century America: The politics and possibilities of whiteness*, é uma dissertação apresentada por Ann Garnsey (1997) na Washington State University. Trata-se de um trabalho que muito se aproxima da investigação aqui proposta, pois a autora se propõe a estudar a branquitude a partir de um conceito que ela denomina de “racial touring”. Explicando esse conceito como “[...] a identificação literal, metafórica, imaginativa ou simbólica com, a personificação de ou a viagem para uma posição ou “território” racial que é diferente ou considerado Outro do que a própria posição racial privilegiada”⁶ (Garnsey, 1997, p. 04, tradução nossa), ela propõe uma investigação sobre a branquitude utilizando literaturas escritas por autores brancos, incluindo a obra *The Bell Jar* e outros como, *The White Negro: Superficial Reflections on the Hipster*, de Normam Mailer e *Woman on the Edge of Time*, por Marge Piercy.

Já a segunda pesquisa, uma tese de doutorado intitulada *Disrupted Ambitions And Unmasked Identities: An Analysis of Doubleness in Sylvia Plath’s The Bell Jar and Ralph Ellison’s Invisible Man in Cold War America*, foi realizada por Laura Anderson (2023). Nesta tese, a autora oferece uma análise dos protagonistas das duas obras citadas no título com o fito de apresentar as convergências de identidade das personagens em relação aos padrões ideológicos estabelecidos institucionalmente no período da Guerra Fria nos Estados Unidos. A autora expõe que ambas as personagens se desalinham com as expectativas da época: a primeira principalmente por ser mulher e a segunda essencialmente por não ser branco. Anderson (2023) aponta que nenhum dos personagens se identifica com a comunidade que lhes rodeia, e

⁶ “[...] the literal, metaphorical, imaginative, or symbolic identification with, impersonation of, or “traveling” to a racial position or “territory” that is different or considered Other than one’s own privileged racial position”.

emergem com uma dualidade de suas personalidades como forma de superação ao sistema. Curiosamente, essa dualidade é um conceito difundido por W. E. B Du Bois, a saber “double consciousness”, sendo Du Bois, como citado anteriormente, um precursor dos estudos críticos da branquitude.

Destacamos, ainda, que a investigação realizada nesta pesquisa se trata de uma análise literária que tem como prática cultural a obra *The Bell Jar* (2005 [1963]). De acordo com Moisés (2007, p. 13), a análise literária consiste em “[d]esmontar o texto literário com vistas a conhecê-lo nos ingredientes que o estruturam”. Nesse sentido, esta pesquisa busca trechos, parágrafos ou capítulos na obra que demonstrem de que formas Esther usufrui, ao mesmo tempo que sofre, a partir de seu privilégio branco e como isso se reflete em suas vivências de forma inter- e intrapessoal.

Além disso, trata-se também de uma pesquisa de cunho interpretativista, pois esse tipo de perspectiva, com caráter mais subjetivo, possibilita, de acordo com Lays Andrade (2022, p. 15), que o pesquisador possa, de forma mais deliberada, “[...] interferir na interpretação, pois analisar uma obra na perspectiva interpretativista significa observá-la por múltiplas realidades”. Assim, será possível compreender como a branquitude é representada, ainda que em uma obra que se passa na década de 1950, sem que a mesma seja reduzida ao anacronismo.

Originalmente publicado em 1963, sob pseudônimo de Victoria Lucas, *The Bell Jar* é hoje considerado um livro cânone da literatura estadunidense. A narrativa da obra se passa na década de 1950 e gira em torno da vida pessoal e acadêmica da jovem estadunidense Esther Greenwood, uma jovem escritora que se muda do subúrbio de Boston para Nova York, após ganhar um concurso que tinha como prêmio um estágio na renomada revista de moda *Ladies’ Day*. Apesar de ser considerada uma garota promissora que ganhava prêmios por seus escritos, Esther não estava feliz e questionava tudo ao seu redor.

O iminente casamento com Buddy Willard, um jovem com quem Esther tem um relacionamento problemático, seu futuro profissional como escritora e expectativas pessoais e alheias que giravam em torno principalmente de seu papel como mulher na sociedade, são fatores que a perturbam em todo decorrer do livro. Toda essa pressão exercida sobre ela faz com que seus anseios quanto ao futuro se tornem baixíssimos e ela acaba entrando em um quadro de depressão profunda, tentando, por muitas vezes, tirar sua própria vida e sendo internada pela mãe em clínicas psiquiátricas nas quais recebia tratamento de eletrochoque.

A princípio, o livro não parece propiciar uma análise mais profunda de caráter racial; contudo, ao assumirmos que Esther Greenwood era uma mulher branca vivendo na década de

1950, podemos refletir sobre as diversas formas de privilégios no qual ela estava inserida. Sendo assim, com a realização desta pesquisa, almejamos ampliar a discussão sobre raça por meio das lentes dos estudos críticos da branquitude. Em âmbito social, o presente trabalho contribui na compreensão de como a sociedade tem se organizado à sombra das conveniências propiciadas pelo racismo. Diante disso, entendemos que o racismo vai além de situações pontuais de discriminação, conforme buscaremos demonstrar nesta pesquisa, ao abordar questões que envolvem no seu cerne os privilégios de raça.

No tocante à esfera acadêmica, este trabalho soma às demais pesquisas do acervo da Universidade Estadual do Piauí, campus Parnaíba, que se aprofundam em obras literárias a partir de uma perspectiva crítica racial, bem como aos outros trabalhos acadêmicos que se utilizaram da vida e obra de Sylvia Plath, como fonte de pesquisa. No entanto, propomos um novo olhar sobre a obra *The Bell Jar*, contribuindo, assim, de forma inédita para a instituição.

Em termos de relevância pessoal, esta pesquisa é, sem dúvidas, enriquecedora para a pesquisadora, que, antes da graduação, nem imaginava a possibilidade de escrever sobre um tema tão relevante como a branquitude, a partir de uma obra que é considerada um cânone em estudos literários. É, desse modo, uma oportunidade única e experiência significativa poder se aprofundar em uma pauta com a qual a sociedade necessita se alinhar, o que, enquanto futura profissional, certamente será necessário, visto que são diferentes cenários sociais que lhe aguardam dentro e fora da sala de aula.

No que tange à estrutura desta monografia, além das considerações iniciais e finais, o primeiro capítulo apresenta o levantamento bibliográfico acerca dos tópicos propostos na introdução. Neste capítulo, serão apresentados o conceito de raça, seu surgimento e seus desdobramentos até a teoria utilizada nesta pesquisa, os estudos críticos da branquitude, com base em autores como Kabengele Munanga (2019), Haney López (1994), Richard Delgado e Jean Stefancic (2001), Steve Garner (2007), entre outros teóricos. No segundo capítulo, apresentamos a prática cultural escolhida e as passagens que serão analisadas, no intuito de alcançar a questão norteadora por meio dos objetivos estabelecidos neste trabalho.

2 DE ONDE VEM A BRANQUITUDE:

Para entendermos melhor este sistema denominado branquitude, é imprescindível traçar uma linha cronológica de seus acontecimentos. Neste capítulo, delimitamos de onde surge o tema e quais estudos o antecedem, bem como abordamos os principais conceitos ligados a esse campo de estudos, algo possível e feito somente por intermédio de autores como Kabengele Munanga (2019), Haney López (1994), Richard Delgado e Jean Stefancic (2001), Steve Garner (2007), entre outros.

2.1 Raça como problema

Graças às suposições científicas e filosóficas criadas em meados do século XIX, intensificou-se um senso comum e um falso cientificismo de que ser branco era sinônimo de superioridade moral e intelectual. Atrelado a isso, a ciência e o iluminismo contribuíram com essa narrativa quando se mostra que, “[o]s dicionários e as enciclopédias do século XIX são unânimes em apresentar o negro como sinônimo de humanidade de terceira” (Munanga, 2019, p. 26). Desde então, características físicas têm sido usadas como régua para medir o quão aceita determinada pessoa será em virtude de seus atributos físicos e sociais.

Contudo, o que a própria ciência prova, de acordo com o professor e jurista Ian Haney López, é que “existe uma variação genética maior dentro das populações tipicamente rotuladas como negras e brancas do que entre essas populações. Esse achado refuta a suposição de que as divisões raciais refletem diferenças genéticas fundamentais”⁷ (1994, p. 12, tradução nossa). A verdade sobre isso é apenas uma: a categorização humana em raças é apenas social, não existe, biologicamente, algo que defina o pertencimento de uma determinada pessoa a uma determinada raça. A realidade é que há uma propensão para a segregação de pessoas em grupos raciais por meio dos fenótipos, que seriam tidos como variações genéticas definidas por sua raça.

Haney López (1994) discute, entretanto, que é contraditório definir agrupamentos de raças pela cor, quando, por exemplo, a própria corte dos Estados Unidos decidiu negar a naturalização americana do japonês Takao Ozawa, em 1922. Ozawa, desejando obter sua cidadania nos Estados Unidos, procurou seguir o protocolo estadunidense, que, sobretudo,

⁷ “There are no sharp divisions between, for example, Blacks, Whites, and Asians, but only gradually shifting differences as one moves up the African continent and across the Eurasian land mass”.

exigia que ele se autodeclarasse uma pessoa branca. Cabe destacar que esta é uma leitura histórico-social, ou seja, considerando que os elementos da sociedade estadunidense no início do século XX recusavam a recepção de imigrantes racializados não brancos por desejarem uma população branca.

Nesse sentido, Ozawa, mesmo seguindo essa especificidade, teve sua cidadania negada quando a corte norte-americana afirmou que “[...] raça não é uma função apenas da cor da pele sozinha”⁸ (López, 1994, p. 15, tradução nossa). Assim, a questão da raça se mostra como um problema quando nem dentro de seus próprios argumentos consegue se sustentar. Nesse viés, é necessário destacar que “[a]s tentativas de definir categorias raciais por atributos físicos acabaram por falhar. Em 1871, alguns intelectuais de renome tinham reconhecido que o uso da palavra ‘raça’ era praticamente uma confissão de ignorância ou de má intenção”⁹ (López, 1994, p. 15, tradução nossa).

A perspectiva que o autor apresenta é que o termo raça foi e tem sido usado de forma arbitrária e maliciosa, como um mecanismo sociológico que serve a propósitos maiores, fomentado pela perpetuação de um sistema denominado branquitude. A branquitude, por sua vez, pode ser percebida de diversas formas. Garner (2007, p. 174, tradução nossa) defende que o termo branquitude “existe apenas em relação ao que não é, o que fica evidente em suas origens nos sistemas de trabalho forçado do Novo Mundo, que passaram a operar uma hierarquia social codificada por cores, vinculando o status à cor”¹⁰. O autor destaca ainda um entendimento de que a branquitude é resultado dos processos de dominação, sendo a raça um marcador de status e de poder.

Para além de seu caráter de diferenciação social, Garner (2007) também defende que a branquitude pode ter outros sentidos, dentre os quais o de lente de análise: “Trata-se, acima de tudo, de uma lente por meio da qual aspectos específicos das relações sociais podem ser apreendidos”¹¹ (Garner, 2007, p. 03, tradução nossa). A pesquisadora Gabriela Botelho (2022, p. 39) também entende a branquitude como lentes, segundo a autora, “os estudos sobre branquitude, além de entender esse fenômeno, também buscam investigar formas de as pessoas brancas compreenderem sua racialização”. Nessa perspectiva, é um passo que se dá no processo de conscientização de um local de privilégio, já que, “a branquitude impõe sua visão de si e dos

⁸ “[...] race is not a function of skin color alone”.

⁹ “Attempts to define racial categories by physical attributes ultimately failed. By 1871, some leading intellectuals had recognized that even using the word ‘race’ was virtually a confession of ignorance or evil intent”.

¹⁰ “The concept of whiteness exists only in relation to what it is not, which is evident from its origins in New World systems of forced labour, which came to operate a colour-coded social hierarchy linking status to colour”.

¹¹ “As much as anything, it is a lens through which particular aspects of social relationships can be apprehended”.

demais como única, usando a linguagem como arma para se definir, ao definir o outro” (Botelho, 2022, p. 39).

A partir desse pensamento, podemos compreender a branquitude tanto como uma identidade que só existe quando outras identidades são racializadas, quanto como um campo de estudos que fornece aporte necessário para problematização das consequências dessa identidade de poder. Nesse sentido, voltamos a Garner (2007, p. 03), o qual defende que, enquanto identidade, a branquitude pode “[...] suspender outras divisões sociais e ligar pessoas que compartilham a branquitude a posições sociais dominantes [...]”¹².

Esse movimento de suspensão de outras identidades foi discutido pelo sociólogo Du Bois, que, em 1903, já demonstrava como a categorização racial de pessoas poderia levar a severas consequências, entre elas, o conceito de “dupla consciência”, o qual ele explica da seguinte forma:

[...] uma sensação peculiar, essa dupla-consciência, esse sentido de sempre olhar a si próprio através dos olhos de outros, de medir um sentimento através da métrica de um mundo que o contempla com divertido desprezo e pena. É sentir sempre a duplicidade - ser americano, ser negro. Duas almas, dois pensamentos, dois embates irreconciliáveis, dois ideais conflitantes, num corpo negro, impedido, apenas por um obstinado esforço, de bipartir-se”¹³(Du Bois, p. 39, 1903, tradução de José Luiz Pereira da Costa).

A dupla consciência é o conflito psicológico do negro, um resultado de anos de apagamento do seu próprio eu em uma sociedade que enxerga o racializado apenas por meio de preconceitos e estereótipos, ou seja, é a frustração de uma tentativa fracassada de se encaixar. É também uma consequência de ser visto sempre como o outro, aquilo que não é desejado. Nesse contexto, a psicóloga e ativista Grada Kilomba (2010, p. 19, tradução nossa) defende que “[...] ser negro serve como a principal forma de alteridade pela qual a branquitude é construída. O ‘Outro’ não é ‘outro’ por si só; torna-se assim por meio de um processo de negação absoluta”¹⁴.

A autora revela a profundidade da racialização, pois reforça a forma como a raça é utilizada apenas como o ponto de referência contra o qual a identidade branca se sustenta. Kilomba (2010) afirma que isso é apenas mais uma das fantasias inventadas pela branquitude

¹² “[...] may suspend other social divisions and link people who share whiteness to dominant social locations [...]”.

¹³ It is a peculiar sensation, this double-consciousness, this sense of always looking at one’s self through the eyes of others, of measuring one’s soul by the tape of a world that looks on in amused contempt and pity. One ever feels his twoness, —an American, a Negro; two souls, two thoughts, two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark body, whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder.

¹⁴ “[...] Blackness serves as the primary form of Otherness by which whiteness is constructed. The ‘Other’ is not other per se; it becomes such through a process of absolute denial”.

que geram traumas e alienação pré-programada. Todas essas mentiras, infelizmente, contribuem para a consolidação da dupla consciência do negro, impedindo-o de se sentir completo e de possuir o seu lugar. Afinal, “[a] história do negro americano é a história desse embate - o desejo de conseguir amadurecida autoconsciência, amalgamar sua dualidade em um melhor e mais verdadeiro ser¹⁵” (Du Bois, 1903, p. 39, tradução de José Luiz Pereira da Costa).

A dualidade da qual Du Bois descreve revela o quão problemática é a branquitude, especialmente quando se consideram os propósitos que ela mantém. Percebemos, assim, que esse sistema serve a uma causa maior: a de manutenção de um status quo de dominação, construído e sustentado pela supremacia branca. De acordo com Garner, a supremacia branca funciona como um exercício sistêmico de poder, no qual se exige que:

[...] seus praticantes não vejam os benefícios como decorrentes de vantagens estruturais, mas como manifestações de falhas individuais. Na melhor das hipóteses, ela vê o racismo como algo que desfavorece alguns grupos, em vez de favorecer outros de forma simultânea¹⁶ (Garner, 2007, p. 24, tradução nossa).

A supremacia branca é, portanto, uma estrutura que colhe seus frutos à medida que a ignorância branca é performada e o movimento de dissociação em relação às desigualdades raciais acontece. No entanto, Garner (2007) aponta que a branquitude pode ser ainda mais complexa, ela é capaz de criar, dentro do próprio espectro, os graus de brancura dos indivíduos, criando hierarquias sociais, fronteiras que delimitam até onde o sujeito deve fazer parte daquele sistema. Assim, a branquitude vai muito além da raça, é um problema interseccional que engloba também fatores sociais, geopolíticos e de gênero, e deve ser abordada com a devida cautela.

2.2 De raça aos estudos críticos de branquitude

A palavra “raça”, etimologicamente falando, veio do latim e pode significar “sorte, categoria, espécie” (Munanga, 2004). Esse termo, para além de seu significado etimológico, carrega um significado social: “A ideia de raça foi usada por pessoas europeias e euro-americanas para explicar e justificar sua dominação do mundo e a dominação de pessoas de cor

¹⁵ The history of the American Negro is the history of this strife, —this longing to attain self-conscious manhood, to merge his double self into a better and truer self.

¹⁶ “[...] its practitioners not to see the benefits as accruing from structural advantages, but as manifestations of individual failings. At best, it sees racism as something that disadvantages some groups, rather than simultaneously advantaging others”.

em suas próprias terras”¹⁷ (Brow, 2002, p. 03). Em outras palavras, não há que se falar em uma classificação biológica para o termo, uma vez que ele remete a uma ideia socialmente construída de dominação.

Para Munanga, a definição de raça por cor, “negra, branca e amarela” representa “conceitos biologicamente inoperantes, mas política e sociologicamente muito significativos” (2019, p. 10). Em seu livro *Negritude usos e sentido*, o autor explica como os europeus por deliberação própria afirmaram que os africanos seriam pessoas biologicamente inferiores e destaca que tal pensamento cientificamente já desmistificado foi usado reitaradamente através várias décadas com intuito de justificar a dominação.

No contexto do norte global, é crucial destacar um período histórico que nutriu de esperança a civilização estadunidense: a década de 1950. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ganhava forma desde a metade da década de 1950. A professora de literatura americana Zoe Trodd (2015) acredita que há uma imposição que denota que esse período se deu dos anos de 1955 até o ano de 1965. Contudo, para ela é limitante demarcar tal período somente a esse curto espaço de tempo, isso porque “[n]a memória de protesto da literatura dos direitos civis reside uma narrativa ainda mais longa, que se estende ainda mais para trás, além da década de 1940, até os textos anti-escravidão do século XIX” (Trodd, 2015, p. 17, tradução nossa).

A autora denota que houve, no período mencionado, uma propagação do que seria considerado anos depois como literatura de abolicionismo. Segundo ela, o “[u]so compartilhado do abolicionismo literário foi uma estética fundamental dos direitos civis. Os escritores sabiam que a forma podia protestar” (Trodd, 2015, p. 17, tradução nossa). Isso porque, embora houvesse a esperança de uma nova era, ainda existiam resquícios de um passado escravagista. Assim, “[u]ma luta de ideias ocorreu durante o longo movimento pelos direitos civis, e os escritores expressaram essas ideias através de símbolos e motivos, incorporando-os em imagens, ritmo, esquema de rima e sintaxe” (Trodd, 2015, p. 19, tradução nossa).

Algumas das obras literárias que remontam a esse período foram utilizadas como uma “arma”, uma estratégia de luta e superação das desigualdades raciais. Entretanto, na visão trazida pela autora, uma literatura de protesto só poderia ser considerada como tal se houvesse nela algo que abordasse a sociedade marginalizada além de suas mazelas, algo que pudesse “[r]everter limitações e exclusões” (Trodd, 2015, p. 20, tradução nossa). É necessário destacar

¹⁷ “The idea of race was used by European and European American people to explain and to justify their domination of the world and the domination of people of color in their own lands.”

essa visão, pois a prática cultural em questão, no entanto, não apresenta esse posicionamento; ela, na verdade, torna possível vislumbrar os valores e contextos da época em que surgiu, uma vez que traduz seu tempo e confirma os resquícios do passado estadunidense.

Isso ocorre porque, mesmo com as mudanças sociais reivindicadas em diversas áreas, como o direito ao voto, a igualdade de empregos e oportunidades básicas, o significativo avanço na sociedade daquela época em relação aos direitos básicos de pessoas negras e outras minorias racializadas, ainda se manifestavam como problemas na estrutura social daquele país. É isso que afirmam Ollie A. Johnson III e Karin L. Stanford (2002, p. 01, tradução nossa):

Apesar desses desenvolvimentos positivos, a América Negra continua a sofrer com discriminação, pobreza e desigualdade. Além disso, a lacuna de riqueza entre negros e brancos é muito maior do que as diferenças raciais de renda, educação e outros indicadores sociais. Muitos aspectos substantivos do antigo regime racial, como discriminação, brutalidade policial, sexismo e desemprego, assolam a era pós-Direitos Civis¹⁸.

Assim, tendo como inquietação as dificuldades que assolavam a era pós-direitos civis, a questão racial passou a ser um elemento central de análise na busca pela resolução dessas problemáticas sociais. Todavia, cabe destacar que, antes mesmo de se consolidar não apenas como uma questão política ou acadêmica, figuras importantes já pensavam na raça como um problema social questionável. O sociólogo norte americano W. E. B. Du Bois deu os primeiros passos nesse sentido antes mesmo do movimento dos direitos civis, tendo publicado obras como *Black Reconstruction in The United States* (1935) e *The Souls of Black Folk* (1903) na primeira metade do século XX, nas quais desenvolveu uma análise sobre o papel dos negros na construção da democracia estadunidense.

Posteriormente, Frantz Fanon, médico e filósofo negro nascido na Martinica e naturalizado francês, pôde dar continuidade a esse trabalho na década de 1950, com suas publicações *Peau noire, masques blancs* (1952) e *Les Damnés de la Terre* (1961). Segundo Bento e Carone (2002, p. 42), Fanon, durante anos:

[n]um extenso estudo feito com europeus, enfatiza o processo de projeção na construção do preconceito racial do branco contra o negro. Durante quatro anos, ele interrogou cerca de 500 indivíduos da raça branca: franceses, alemães, ingleses, italianos. Quase seis décimos das respostas apresentavam-se desta forma: negro = biológico, sexo, forte, esportista, potente, boxeador, selvagem, animal, diabo, pecado, terrível, sanguinário, robusto. Ou seja, ter fobia do negro é ter medo do biológico, pois

¹⁸ Despite these positive developments, Black America continues to suffer from discrimination, poverty, and inequality.¹ Moreover, the wealth gap between Blacks and Whites is much greater than racial differences in income, education, and other social indicators. Many substantive aspects of the old racial regime such as discrimination, police brutality, sexism, and unemployment plague the post-Civil Rights era.

o negro só é visto como ser biológico.

Mesmo naquela década, Fanon já suscitava questionamentos a respeito de raça, e afirmava que o negro era visto ainda apenas como um “ser biológico”. Apesar dos questionamentos de raça suscitados por esses dois autores mencionados, e mesmo com a esperança resgatada por meio dos movimentos civis nos Estados Unidos, é somente na metade dos anos 1970 que os estudos críticos de raça se consolidam. Os estudos críticos de raça, segundo Richard Delgado e Jean Stefancic, representam “[u]m conjunto de ativistas e estudiosos interessados em estudar e transformar a relação entre raça, racismo e poder”¹⁹ (Delgado; Stefancic, 2001, p. 2, tradução nossa).

Essa teoria se apresenta como resposta ao fracasso do movimento civil americano, pois novas formas de pensar eram necessárias no combate ao racismo que ainda persistia (Delgado; Stefancic, 2001). Em “Periodizando os anos 60”, Fredric Jameson explora os desdobramentos da década de 1960, demonstrando o fracasso dos movimentos de “liberdade”. Segundo ele, “[o]s anos 60 foram, assim, a época em que todos esses 'nativos' tornaram-se seres humanos, e isto tanto interna quanto externamente: aqueles internamente colonizados do Primeiro Mundo — as 'minorias', os marginais e as mulheres” (Jameson, 1992, p. 85).

Em outras palavras, houve a emergência de novos contextos sociais nos quais minorias passaram a conquistar novos espaços, uma situação impulsionada pelas mudanças históricas do período. Jameson (1992, p. 88) cita, por exemplo, a Revolução Cubana como um acontecimento que mostra esse período como “[d]e inovações políticas inesperadas do que como de confirmação de antigos esquemas sociais e conceituais”. Além disso, o assassinato de Kennedy “[...] desempenhou papel significativo na deslegitimação do próprio Estado e no descrédito do processo parlamentar” (Jameson, 1992, p. 88).

Esses eventos históricos citados pelo autor demonstram uma crise nas instituições tradicionais, o que viria a resultar no que Jameson (1992, p. 88) chama de “precondições ou condições de possibilidade”. De acordo com o pesquisador, essas precondições permitiam a criação de novas dinâmicas sociais. Contudo, essas novas forças sociais não estavam solidificadas, o que posteriormente viria a causar a inefetividade e o fracasso dessa década, algo que o autor afirma ser o encerramento dos anos 1960 e o fim do terceiro-mundismo que vinha ganhando força. Seu declínio é marcado pelo período de liberação e finalizado com o surgimento de novas formas de controle, assim como destaca Jameson (1992, p. 90):

¹⁹ “[a] collection of activists and scholars interested in studying and transforming the relationship among race, racism, and power”.

A descolonização caminhou historicamente de mãos dadas com o neocolonialismo e que o fim elegante, rancoroso ou violento de um imperialismo fora de moda decerto significou o fim de um dado tipo de dominação, mas evidentemente também a invenção e a construção de um tipo novo — simbolicamente, algo como a substituição do Império Britânico pelo Fundo Monetário Internacional.

Assim como demonstrado por Jameson, apesar das esperanças, a década dos direitos civis foi um fracasso. Felizmente, não contentes com a situação, estudiosos da época decidem apresentar suas inquietações e, assim, os estudos críticos de raça ganham força, que seguem adiante. Estes estudos críticos baseavam-se em três princípios básicos apresentados pela sua teoria, quais sejam: (i) que o racismo é algo comum, ou seja, que está atrelado de forma sistemática à nossa sociedade; (ii) que há um sistema hierárquico de pessoas brancas sobre negras que serve aos propósitos de um sistema; e, por fim, (iii) que raça é uma construção social (Delgado; Stefancic, 2001).

A teoria crítica da raça abriu espaço para novas formas de pensamento e um novo jeito de se pensar o racismo, possibilitando o entendimento crítico de que a sociedade constantemente “[i]gnora fatos científicos, cria raças e as dota de características pseudo-permanentes” (Delgado; Stefancic, 2001, p. 08, minha tradução), expandindo a possibilidade da criação de outras teorias que pudessem contribuir com esta discussão. Com margem para um novo ponto de vista que não seja o do racializado, emerge uma nova teoria chamada Critical Whiteness Studies (que traduzimos como estudos críticos de raça), sendo essa as lentes críticas desta pesquisa.

Antes de aprofundar as bases desta teoria, é preciso entender o que, de fato, significa a branquitude. Seu conceito não deve ser confundido com o sentido da resistência ou celebração cultural, características associadas, por exemplo, à negritude. Embora ambas as palavras, gramaticalmente, refiram-se a uma condição por meio da adição do sufixo “-tude”, seus significados são totalmente opostos. Enquanto a primeira, segundo Giroux (1999, p. 98), representa uma “categoria de identidade racial que foi apropriada por diversos grupos conservadores e de direita, bem como por acadêmicos críticos, como parte de uma articulação mais ampla de raça e diferença”, a segunda carrega um significado simbólico de superação da opressão histórica e está ligada ao ativismo e à luta por direitos de uma classe marginalizada de pessoas.

O sociólogo Charles A. Gallagher (1997) traz uma perspectiva do que não deveria ser considerado como branquitude, quando em uma tentativa de preservação da “comunidade branca”, um sargento norte-americano cria a “Association of White Male Peace Officers”, com

o objetivo de defender os direitos dos oficiais brancos que são “distintivamente avessos à proposta de que, como toda a classe, sejamos punidos ou penalizados por qualquer transgressão real ou suposta de nossos antecessores” (Gallagher 1997, p. 06, tradução nossa). No entanto, o que fica claro por meio da ação do sargento não é a preservação dos direitos de sua “classe racial”, mas sim uma tentativa implícita de manter a supremacia branca, ou seja, uma resposta às mudanças sociais emergentes, nas quais minorias são vistas conquistando mais espaço na sociedade.

Por atitudes como essa, “[o]s brancos podem ser definidos como ingênuos porque atribuem pouco significado à sua raça, humanos em seu desejo de se aproximar dos não-brancos, defensivos como vítimas autodefinidas e reacionários em seus apelos para um retorno à solidariedade branca” (Gallagher, 1997, p. 06, tradução nossa). Contudo, a colocação de Charles é que os brancos podem ser ingênuos, defensivos e reacionários, não que devem ser considerados como tal, afinal, estas são perspectivas presentes na visão de um branco sobre o que é a branquitude. Para o sociólogo, “[n]ão é de se admirar que muitos brancos se sintam confusos e sobrecarregados sobre quem são racialmente e como se encaixam nas relações raciais americanas” (Gallagher, 1997, p. 06, tradução nossa).

A confusão pode ser vista como reação aos movimentos, ainda que pequenos, de outros grupos racializados em direção ao reconhecimento social, que antes era exclusivo da raça dominante. Segundo o diplomata e também ativista John R. Graham (1997), “[a]té agora, o grande homem branco considerava que não era da conta de ninguém o que ele tirava da empresa, a maneira como conduzia os negócios, quanto recebia ou até mesmo como tratava seus subordinados, especialmente as mulheres” (Graham, 1997, p. 03, tradução nossa). Isso enfatiza como a perspectiva reacionária é, sobretudo, particular quando se considera a branquitude uma minoria que precisa se reafirmar, tornando claro o não reconhecimento de seus próprios privilégios e impactos. Porém, não deve se restringir apenas a essa característica, vejamos o que Gallagher tem a contribuir nesse sentido:

A identidade branca não é apenas uma reação à entrada de grupos raciais e étnicos historicamente marginalizados na arena política e à consequente luta por recursos sociais. [...] Os fatores que moldam a racialização branca incluem o declínio da etnia, a ascensão da política de identidade, a percepção de que a branquitude é um passivo social e econômico e os preceitos da política racial neoconservadora. Embora eu não sugira que a branquitude seja construída de maneira uniforme e linear, acredito que a racialização branca surgiu neste momento específico devido a uma confluência dessas tendências. Eu os vejo como estando ligados das seguintes maneiras (Gallagher, 1997, p. 07).

Em outras palavras, a branquitude não deve ser considerada homogênea, visto que resulta da interação de diversos fatores que seguem as diferentes tendências sociais e políticas da nossa sociedade atual. Compreender o termo pode ser uma tarefa complexa. Nesse viés, os estudos críticos de raça facilitam a compreensão dos problemas sociais que estão ligados à diferenciação que foi criada por meio de raças.

2.3 Visão histórica

“Nas últimas quatro décadas, ‘branquitude’ se tornou uma palavra usada com muito mais frequência nos estudos acadêmicos”²⁰ (Lee Bebout, 2020, p. 250). O aumento do uso desse termo é certamente um indicativo da necessidade de análise dos contextos que o envolvem. Contudo, antes de pensar nos sentidos dos estudos críticos de branquitude e ao que eles atendem, é interessante conhecer quando e como a branquitude se tornou um problema. Para tanto, é necessário começar por um período que remonta à colonização europeia no continente africano.

Assim, vejamos: “Embora, do ponto de vista do século XXI, os termos ‘branco’ e ‘negro’ pareçam ser desnecessários, essas palavras nem sempre foram usadas para identificar seres humanos” (Garner, 2007, p. 64). De acordo com o professor e jurista citado, tais termos, normalizados na década atual, eram de certa forma irrelevantes em séculos passados, pois outras categorias eram utilizadas, como classe social e religião, sendo nesta última os indivíduos classificados entre pagãos e não pagãos. Entretanto, o sistema de identificação de pessoas passou por diversas mudanças ao longo dos séculos.

É por volta do século XVII que variáveis além da classificação religiosa começaram a surgir. Isso ocorreu quando escravos começaram a se converter ao Cristianismo, assim não havia mais naquele momento como distinguir pessoas apenas em pagãos e não pagãos. Desde então, Garner (2007) afirma que novos rótulos começaram a surgir, tais como livres e não livres, negros e brancos. Assim, nos séculos seguintes, houve uma fortificação da ideia de que raças distintas eram uma realidade. Houve também, segundo Garner (2007), a contribuição de uma ciência e filosofia extremamente racistas daquela época, e assim as subdivisões da branquitude foram criadas.

É nesse contexto que a raça começa a se tornar uma questão. Consoante Munanga (2019, p. 10), “[e]m nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta

²⁰ “In the past four decades, ‘whiteness’ has become a much more frequently used word in academic scholarship”.

humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial”. O que o autor nos mostra é que, desde que foi criada, a raça tem sido utilizada como legitimadora de atentados a diversos povos, ela é usada pela branquitude como instrumento de dominação e superioridade. Reconhecer a história por trás desse problema é um dos primeiros passos para entender a necessidade de resistência.

Assim, retomando um período conhecido como o das “Grandes Descobertas”, no qual países europeus realizaram sua expansão territorial, temos o fato que marca o começo da eliminação sistemática de um dos povos que foram entendidos como inferiores pela sua raça: a civilização africana. Nessa época, houve um dos primeiros contatos entre ocidentais e o continente em questão. Mas, antes mesmo desse contato, “[t]odas as descrições da época mostravam os habitantes do interior do continente africano parecidos com animais selvagens. [...] reatualizando sempre os mesmos mitos que faziam da África negra um mundo habitado por monstros, seres semi-homens, semi-animais” (Munanga, 2019, p. 22).

A criação e perpetuação desses mitos foi crucial no processo de dominação africana, e alinhado a isso, havia também uma simbologia de cores firmada em ideais da Igreja Católica na qual os cristãos europeus relacionavam o maligno à cor preta, pois “[a]lguns missionários, decepcionados na sua missão de evangelização, pensaram que a recusa dos negros em se converterem ao cristianismo refletia, de fato, sua profunda corrupção e sua natureza pecaminosa” (Munanga, 2019, p. 22). Para os europeus, era essencial que aqueles povos acreditassem nessa mentira contada sobre sua cor, eles deveriam enxergar isso como um reflexo de sua negação aos ideais cristãos.

Este foi um dos mecanismos utilizados como premissa de justificativa para a dominação daquele povo. Assim, os europeus pouco a pouco conseguiram impor sua cultura sobre o continente e, ignorando completamente as crenças, valores e cultura daquela civilização, justificaram a escravidão de milhares de pessoas. Fundamentaram a imposição de sua supremacia tanto por meio de sua ideologia baseada na cor quanto por meio de esforços físicos de violência; isso porque, infelizmente, o desenvolvimento social e tecnológico daqueles povos era de fato “inferior” ao europeu, e a possibilidade de defesa era mínima. De acordo com Munanga (2019, p. 170):

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais.

Em outras palavras, o papel da sociedade colonizadora foi ignorar fatos históricos, em que pesavam as circunstâncias de vantagem econômica da época, e não as intelectuais, como é frequentemente difundido. No entanto, uma história contada diversas vezes acaba se tornando real, justificando, assim, a ideia de que esses povos foram dominados de maneira sustentável, em detrimento de valores religiosos de salvação e de uma superioridade biológica inventada. Esse foi o esforço do colonizador: o da destruição e do apagamento.

Tal esforço foi capaz de disseminar, de dentro para fora, o mito da inferioridade do negro, que se traduz em reconhecer em si mesmo uma insignificância e inferioridade implantadas pelo outro. Assim, o negro se subjugava à missão do colonizador, que lhes era apresentada como humanizadora, escondendo seu verdadeiro desejo de repressão:

A sociedade colonial teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos) (Munanga, 2019, p. 19).

Desse modo, o negro acreditava que para ser aceito era necessário se realocar, isto é, se portar como um branco, essa é a ideia mentirosa que lhes foi contada. Frantz Fanon (2008, p.17, tradução nossa) defende que “[o] homem negro tem duas dimensões. Uma com seus semelhantes, a outra com o homem branco. [...] essa auto-divisão é um resultado direto da subjugação colonialista é indiscutível...”²¹. Estes dois lados apresentados pelo ativista francês confirmam o que por muito tempo dominou o sentimento do racializado, sendo o que Munanga (2019) vem a descrever como o desejo de assimilação dos valores culturais do branco. Essa tentativa de assimilação era um movimento frustrado de embranquecimento.

Segundo Munanga (2019), esse era o sonho do negro: se assemelhar ao branco ao ponto de se igualar a ele, recebendo os mesmos direitos. Nessa ilusão, que persiste no adormecimento dos valores culturais e sociais, “o colonizado é elevado acima de seu status de 'selvagem' na proporção em que adota os padrões culturais da metrópole”²² (Fanon, 1952, p. 18, tradução nossa). Por ser esta uma ilusão, não demora muito para que o negro perceba que tentar se igualar ao branco não é a saída para a superação da repressão sofrida.

Assim, estes racializados, vislumbrando uma nova possibilidade de liberdade, acreditam que é necessário abandonar a assimilação, pois “[a] liberação do negro deve efetuar-se pela

²¹ “The black man has two dimensions. One with his fellows, the other with the white man. [...] this self-division is a direct result of colonialist subjugation is beyond question ...”

²² “The colonized is elevated above his jungle status in proportion to his adoption of the mother country's cultural standards”.

reconquista de si e de uma dignidade autônoma” (Munanga, 2019, p. 37). Dessa premissa surge o termo “negritude”, que remete a uma tentativa de resgatar tudo que foi destruído pelo colonialismo europeu, afirmando a cultura, o valor e a identidade daquele que foi tratado outrora como “outro”. Isso faz parte de uma revolução contra as definições de raça impostas.

Em suma, é possível vislumbrar que a branquitude pode até ser um termo que vem ganhando espaço em discussões teóricas atualmente. Porém, mais que isso, é também uma palavra que carrega consigo uma construção social baseada no apagamento do outro, um problema real e catalisador de desigualdades. Estudar esse termo é entender que há um sistema que, por meio de opressões, sejam psicológicas ou físicas, subjuga seres humanos e os marginaliza como “diferentes” daquela que foi, lá atrás, normalizada como a raça ideal.

3 DENTRO E FORA DA REDOMA DA BRANQUITUDE

Garner (2007) acredita que a branquitude pode ser uma perspectiva analítica, na qual se entrelaçam questões sociais. Kilomba (2010), por sua vez, argumenta que a branquitude funciona como uma identidade baseada no apagamento do outro. Esses dois pensamentos demonstram a complexidade da branquitude: ela representa uma lente de análise que permite compreender as estruturas de poder, privilégios e desigualdades sociais, mas também é, ao mesmo tempo, a causa desses problemas.

Assim, a partir dessas perspectivas, propomos, neste capítulo, apresentar uma análise interpretativista da prática cultural *The Bell Jar*, com o fito de atingir o segundo objetivo específico proposto nesta pesquisa, qual seja, relacionar as formas de pensar, sentir e agir da protagonista, baseadas em seus privilégios brancos, nas suas relações intra- e interpessoais. Na seção secundária 3.1, apresentamos, portanto, Sylvia Plath e sua obra; já na seção secundária 3.2, as análises dos trechos selecionados. Poderemos, assim, demonstrar como a branquitude é representada no romance, tanto em caráter intrapessoal quanto interpessoal.

3.1 Sylvia Plath

Sylvia Plath foi uma escritora e poetisa estadunidense, nascida em 1932. A autora era filha de pais austríacos que imigraram para os Estados Unidos. Sylvia Plath é reconhecida especialmente por sua escrita confessional, sendo considerada uma das principais representantes dos chamados poetas confessionais dos Estados Unidos. Ela faz parte desse movimento, pois suas poesias supostamente apresentavam um caráter autobiográfico, transformando experiências pessoais em conteúdo poético (Azevedo Filho; Tavares Júnior, 2018).

Sylvia Plath estudou na Smith College, uma universidade de arte nos Estados Unidos, em 1950, sendo beneficiada por uma bolsa de estudos. Nesse período, a autora escrevia constantemente para sua mãe, e essas cartas mais tarde se tornariam uma coletânea intitulada *Letters Home: Correspondence 1950-1963*. Tratam-se de cartas escritas pela autora, destinadas especialmente aos seus entes queridos, nas quais ela relata suas experiências e angústias durante aquele período no campus.

Infelizmente, a autora faleceu aos 30 anos, motivo pelo qual a maioria de seus escritos foi publicada postumamente, tais como *Ariel* (1965), uma coletânea de poemas; *Crossing the*

Water (1971), também coletânea de poemas; *The Journals of Sylvia Plath* (1982), uma coletânea dos diários pessoais da autora. O caráter póstumo de suas obras se deve à vida conturbada que a poetisa levava, tendo sido diagnosticada com depressão ainda jovem. Casou-se com o também poeta Ted Hughes, com quem teve dois filhos e um relacionamento extremamente conturbado e repleto de traições por parte do cônjuge.

Pelos acontecimentos de sua vida, sua morte precoce, depressão e as traições de seu marido, Sylvia Plath, muitas vezes, é reduzida a aspectos negativos de sua existência. Muitas análises que giram em torno de suas obras buscam mostrar como sua poesia e escrita estavam intimamente ligadas à sua própria vivência. No entanto, Sylvia Plath tem muito mais a oferecer. Sua escrita é repleta de significados que ultrapassam um caráter autobiográfico. A autora era primorosa em transformar o uso das palavras em algo que vai além do que é percebido à primeira vista. Assim, temos *The Bell Jar*, um romance que é capaz de nos aproximar dos sentidos dados às relações humanas, permeados pelas questões de raça e poder.

3.2 A redoma de vidro

A escrita de Plath é conhecida por seu estilo brutal e melancólico, repleto de subjetividade. De acordo com Azevedo Filho e Tavares Júnior (2018, p. 19), “Em princípio, o fascínio exercido por seus poemas surge após seu suicídio em Londres, no começo de 1963, em um apartamento onde também morou seu poeta favorito, William Butler Yeats”. Infelizmente, isso evidencia que a autora passou a ganhar mais notoriedade após sua morte, sendo reconhecida atualmente como um dos grandes nomes da literatura estadunidense, ainda que tenha publicado apenas um único romance, *The Bell Jar*, em 1963, prática cultural desta pesquisa.

A obra descreve a história de Esther Greenwood, uma jovem branca estadunidense que vai estudar em Nova York graças a uma bolsa de estudos alcançada por meio de um concurso de sua universidade. O livro narra a história em primeira pessoa e nos mostra como algo que parecia uma simples mudança de ambiente causa tantos impactos na vida da personagem. À medida que a história se desdobra, a personagem enfrenta dilemas de sua vida pessoal e carreira. É uma obra que traduz bem a sociedade estadunidense da década de 1950, bem como as pressões sociais exercidas sobre as mulheres, sendo esse o fato pelo qual o livro é comumente discutido por meio da crítica literária sob a ótica dos estudos feministas, a saber, (Uslu, 2021; Tian, Yujie; HU, Jiangbo, 2022; Martinić, 2023).

Contudo, como mencionado, é um retrato de seu tempo, sendo assim, muitos outros recortes dessa sociedade em questão podem ser extraídos, especialmente o apresentado neste trabalho, pois, por meio da personagem, conseguimos vislumbrar de que forma a branquitude é representada em uma jovem branca e estadunidense.

3.3 A branquitude como expressão intrapessoal: Esther em si mesma

Em *The Bell Jar*, deparamo-nos com os altos e baixos de Esther Greenwood, uma universitária estadunidense, natural de Boston e filha de pais imigrantes na década de 1950. A narrativa é contada em primeira pessoa, o que permite que suas experiências sejam acessadas de forma mais íntima, Santos e Oliveira (2001, p. 07) definem este tipo de narrador como autodiegético: aquele que “relata as suas próprias experiências como personagem central da história.” Assim, podemos nos aprofundar, sob o ponto de vista da própria personagem, nas reviravoltas que sua vida dá quando, por meio de um concurso, ela consegue um estágio com tudo pago em uma das mais renomadas revistas de moda dos Estados Unidos, *Lady's Day*, em Nova York.

Para entendermos melhor em que contexto social a personagem estava inserida, cabe destacar que Esther era filha de pais imigrantes alemães, e na década de 1950 não eram todos os imigrantes que tinham a mesma sorte de se estabelecer nos Estados Unidos como sua família. Isso porque a branquitude, desde sempre, delimitava legalmente quem era branco para pertencer à América, e engana-se quem pensa que a cor era sua principal exigência. No século XIX, imigrantes europeus irlandeses por exemplo não eram bem aceitos. Os irlandeses católicos eram considerados pessoas “intermediárias” de países “menos dominantes” (Garner, 2007). Isso mostra que, apesar de serem fisicamente brancos, seu posicionamento antecatólico colocava em questão sua identidade racial. Se a sociedade detentora de poder econômico e dos padrões de branquitude não o considerasse branco o suficiente para fazer parte dela, assim seria.

Garner afirma ainda que a “branquitude” está relacionada ao poder cultural e político, e aqueles que parecem brancos do ponto de vista fenotípico não são igualmente incorporados aos grupos dominantes” (Garner, 2007, p. 65, tradução nossa). Ou seja, mesmo que fenotipicamente brancos, a imigração plena e aceita de imigrantes europeus irlandeses nos Estados Unidos só começou a ser acolhida quando eles decidiram se juntar aos ideais norte-americanos de exclusão de minorias, se alinhando a uma política democrata e antiaboliconista como forma de resguardar direitos à sua comunidade branca. Isso incluiu a tentativa de banimento de

imigrantes alemães nos EUA sob a justificativa da legitimação do trabalho por “homens brancos” (Garner, 2007).

Isso nos permite perceber que, nos Estados Unidos, não houve apenas um movimento de exclusão das minorias afro-americanas, mas também de grupos étnicos europeus, destacando novamente a cor como um fator determinante, mas apenas quando conveniente à branquitude. Ou seja, para esse sistema, ser branco é um ato discursivo que está relacionado com o sistema econômico e político, não apenas racial. Essa contextualização é relevante, pois torna compreensível o entendimento de qual contexto de vida Esther estava inserida. Logo nas primeiras páginas, ao descrever seus pais como imigrantes alemães, a personagem destaca como sua família era tratada nos Estados Unidos em decorrência de sua nacionalidade: “My mother spoke German during her childhood in America and *was stoned for it during the First World War by the children at school*. My German-speaking father, dead since I was nine, came from some manic-depressive hamlet in the black heart of Prussia” (Plath, 2005, p. 28, grifo nosso).

Fica evidente a abordagem preconceituosa que a família de Esther sofria, sendo irrelevante se eram ou não pessoas fisicamente brancas, sua nacionalidade prevalecia. Isso levou a mãe de Esther a sofrer violência física ainda na infância. Contudo, de forma alguma, características físicas devem ser desconsideradas quando falamos de branquitude, já que essa foi uma das principais ferramentas utilizadas pelos irlandeses, por exemplo, para ingressarem na classe dominante. Para Garner (2007, p. 130, tradução nossa), os irlandeses utilizaram “o argumento de que eles eram basicamente uma raça ‘branca’ tão boa quanto qualquer outra e, portanto, melhor do que as não brancas, o que foi fundamental para seu sucesso”²³. Isso infere que, mesmo quando não considerados pela classe hegemônica como brancos, em relação a outras minorias, a passabilidade pela cor garante vantagens a depender de contextos.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram aos Estados Unidos no século XVII. De acordo com Rüdiger Lentz e Katja Sipple (2021, p. 03), estavam deslumbrados com a ideia de que a América seria a “[t]erra Prometida — uma terra que mana leite e mel, como um paraíso na Terra”²⁴. Contudo, eram vistos apenas como mão de obra. Os Estados Unidos apenas desejavam colonos que pudessem cuidar e cultivar a terra, bem como pessoas para trabalhar em suas indústrias (Lentz; Sipple, 2021). Além disso, desde a Primeira Guerra Mundial, quando os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha em 1917, o sentimento anti-alemão se

²³ The argument that they were basically a ‘white’ race as good as any other, and therefore better than non-white ones, was key to their success.

²⁴ “Promised Land — a land flowing with milk and honey, as a paradise on Earth”.

concretizou como uma realidade no país. A autora Mary. J. Manning (2014, p. 16, tradução nossa) afirma que:

Theodore Roosevelt, ainda muito influente após deixar a presidência seis anos antes e ser derrotado em uma tentativa de retorno em 1912, aumentou o fervor. “Não há espaço neste país para o americanismo hifenizado”, bradou ele em um discurso em 12 de outubro de 1915, na cidade de Nova York. “Nossa fidelidade deve ser puramente aos Estados Unidos. Devemos condenar sem piedade qualquer homem que tenha qualquer outra lealdade.” Foi um discurso curto, em se tratando de discursos políticos, com apenas algumas centenas de palavras, mas sua mensagem ainda ressoa.²⁵

Manning demonstra que o discurso do ex-presidente Theodore Roosevelt foi crucial no sentimento anti-alemão que se espalhou pelo país. Ela afirma que apesar de pequeno, aquele pronunciamento ressoa até hoje, o que significa que as marcas deixadas pelo passado ainda se mantêm presentes. Ser alemão e pobre nos Estados Unidos representava ser alvo de xenofobia e discriminação. Algo completamente distinto de ser alemão e de classe média na Europa, já que naquele mesmo século a classe média alta e baixa da Alemanha se alinhava ao fascismo de Hitler, sendo elas consideradas o alicerce por trás dos movimentos fascistas (Eric Hobsbawm, 1998). Esses movimentos propagaram a xenofobia na Europa, incluindo o racismo, como forma de “[...] proteção da cepa local pura contra a contaminação, ou mesmo a submersão, pelas hordas invasoras sub-humanas — se tornou a expressão comum” (Hobsbawm, 1998, p. 124).

Se compreendermos esse contexto histórico em comparação com o apresentado no romance, podemos inferir que Esther e sua família eram tratadas com desprezo pelos norte-americanos devido à sua condição de pobreza e status de imigrantes. Por outro lado, como pertencentes à classe média em seu país de origem, seria possível considerar a hipótese de um alinhamento com o movimento fascista que ganhava força na Europa, especialmente quando Hobsbawm (1998, p. 128) nos mostra que “[o] apelo à juventude da classe média era forte, sobretudo para universitários da Europa continental, os quais, entre as guerras, eram notoriamente de extrema-direita”. Esther, enquanto universitária, seria um alvo fácil para o fascismo. Esse contraste de realidades enfatiza que as questões da branquitude são, como afirmado anteriormente, atravessadas por uma série de implicações sociais, históricas e econômicas.

²⁵ Theodore Roosevelt, still very influential after leaving the presidency six years before and being defeated in a comeback attempt in 1912, added to the fervor. “There is not room in this country for hyphenated Americanism,” he bellowed in a speech October 12, 1915, in New York City. “Our allegiance must be purely to the United States. We must unsparingly condemn any man who holds any other allegiance.” It was a short speech, as political speeches go, only several hundred words, but his message still resonates.

Sendo assim, retornamos ao excerto apresentado anteriormente, o qual destaca que o pai da personagem faleceu quando ela tinha apenas nove anos de idade. Isso ressalta que, desde cedo, sua mãe e ela tiveram que se tornar autossuficientes para se manter em um país estrangeiro, o que, sem sombra de dúvidas, e pelo contexto social da época, foi uma dificuldade. Porquanto, inclusive, como apresentado, houve nos Estados Unidos uma tentativa de afastamento de alemães do mercado de trabalho. Todavia, é possível compreender, que mesmo emaranhada nesse contexto social de desigualdades, a narrativa de Esther Greenwood possui características intimamente ligadas ao conceito de privilégio branco. Afinal, como poderia ela, sendo pobre e filha de pais imigrantes, conquistar uma bolsa de estudos com tudo pago em Nova York? A resposta é simples: ela, assim como os irlandeses então, utiliza sua cor como recurso para alcançar seus objetivos.

Esther era uma garota branca e estudiosa que gostava de escrever e, graças aos seus escritos, conseguiu prêmios. Não fica claro no texto qual curso Esther fazia na universidade, apenas que ela gostava muito de escrever e tinha interesses relacionados à literatura. Segundo ela mesma, ganhar uma bolsa de estudos para estudar em Nova York foi fruto da escrita de ensaios, poemas e slogans, o que a permitiu, mesmo que temporariamente, transformar seu status social, já que o estágio não era para sempre e, após esse período, ela teria que retornar para sua vida pacata. Contudo, essa mudança pode ser enxergada para muitos como meritocracia, pois estamos falando de um país que acredita, acima de tudo, nessa falácia.

De acordo com a cientista social britânica Ruth Frankenberg (1993, p. 13, tradução nossa), nos anos 1920 começou a surgir nos Estados Unidos uma crença assimilacionista de que “[...] como os imigrantes brancos, argumentava-se, as pessoas de cor gradualmente se assimilariam ao ‘mainstream’ da sociedade dos EUA”²⁶. Esta foi uma tentativa idealizada pelo sistema como forma de legitimar o ideal de meritocracia pregado nos EUA, na qual pessoas de todas as classes e raças poderiam atingir “sucesso”. Porém, isso dependeria essencialmente de seu esforço. Na visão estadunidense, a desigualdade racial não fazia parte daquela sociedade, pois se tratava de um país democrático, no qual todos poderiam lutar pelos seus direitos (Frankenberg, 1993). Usavam inclusive a metáfora do “melting pot”, utilizada especialmente durante os séculos XIX e XX como ideologia de “recuperação” da identidade americana, na qual havia a crença de que haveria uma integração assimilativa de estrangeiros à cultura do país.

²⁶ [...] like white immigrants, it was argued, people of color would gradually assimilate into the “mainstream” of U.S. society.

Tal metáfora era utilizada na verdade para definir quais tipos de grupos étnicos poderiam receber o título de cidadãos estadunidenses (Kivisto, 2008). Felizmente, é hoje uma expressão descredibilizada pelo seu teor embranquecedor. O pretexto da meritocracia nos Estados Unidos, portanto, cai por terra diversas vezes, especialmente como visto com o fracasso do movimento pelos direitos civis. Consequentemente, o privilégio de ser uma pessoa branca, ainda que com ascendência estrangeira, foi, sem sombra de dúvida, o fator determinante para que a vida de Esther mudasse repentinamente. Na década de 1950, isso seria notavelmente impossível para mulheres racializadas, visto que não possuíam as mesmas oportunidades que as mulheres brancas naquela época. Esther, ao contrário de outras minorias, teve a oportunidade de focar em seus estudos e ascender socialmente por meio da obtenção de um bom estágio em Nova York:

I was supposed to be the envy of thousands of other college girls just like me all over America who wanted nothing more than to be tripping about in those same size seven patent leather shoes I'd bought in Bloomingdale's one lunch hour with a black patent leather belt and black patent leather pocket-book to match. And when my picture came out in the magazine the twelve of us were working on – drinking martinis in a skimpy, imitation silver-lamé bodice stuck on to a big, fat cloud of white tulle, on some Starlight Roof, in the company of several anonymous young men with all-American bone structures hired or loaned for the occasion – everybody would think I must be having a real whirl (Plath, 2005, p. 06, grifo nosso).

O fator de privilégio da personagem em relação a outras mulheres de sua época fica claro já nas primeiras páginas, nas quais ela mesma exprime que provavelmente estaria sendo motivo de inveja para muitas outras garotas nos Estados Unidos, já que ela estava experienciando a oportunidade “de fazer compras e beber martinis na cobertura de luxo de determinado hotel”. Contudo, não há que se falar em reconhecimento desse privilégio, para Esther, aquilo tudo só estava sendo possível por mérito seu, de seus estudos, de forma natural. Esther não é a par do sistema que a beneficia:

Look what can happen in this country, they'd say. A girl lives in some out-of-the-way town for nineteen years, so poor she can't afford a magazine, and then she gets a scholarship to college and wins a prize here and a prize there and ends up steering New York like her own private car. (Plath, 2005, p. 07, grifos nossos)

Começando com uma mistura do uso de discurso direto e indireto, o excerto acima destaca a visão da personagem sobre como as pessoas poderiam enxergar o que tinha acontecido com ela: algo espantoso. Como uma menina pobre como ela poderia acabar em Nova York? Seria isso impossível? O espanto causado, na verdade, traduz uma das características da

branquitude: sua invisibilidade. “A branquitude é tornada invisível sob o peso dos privilégios acumulados” (Garner, p. 34). A personagem não se dá conta de que carrega, intrinsecamente, privilégios provenientes de sua brancura. Ou seja, a mistura dos discursos direto e indireto aqui reforça a invisibilidade do sistema da branquitude, o que quer dizer que o discurso impossibilita que Esther veja a sociedade como ela é, tal qual um jogo ideológico. O que Esther fala é o que herda da sociedade, indicado pela mistura dos discursos direto e indireto.

De acordo com Garner (2007, p. 35, tradução nossa), “o privilégio branco é como uma mochila invisível e sem peso com provisões especiais, mapas, passaportes, livros de códigos, vistos, roupas, ferramentas e cheques em branco”²⁷. Em outras palavras, tudo que um branco precisa está ali, só não é “enxergado”. É por esse motivo que Esther não é capaz de perceber como sua identidade é capaz de beneficiá-la ao ponto de estar em Nova York, conduzindo a cidade como se estivesse dirigindo “seu próprio carro”, uma metáfora usada por ela que pode ser interpretada como estar conduzindo sua própria vida, vivendo à sua maneira. No entanto, seria essa a realidade? No trecho seguinte, o que veremos parece ser o contrário:

Only I wasn't steering anything, not even myself. I just bumped from my hotel to work and to parties and from parties to my hotel and back to work like a numb trolley-bus. I guess I should have been excited the way most of the other girls were, but I couldn't get myself to react. I felt very still and very empty, the way the eye of a tornado must feel, moving dully along in the middle of the surrounding hullabaloo. (Plath, 2005, p. 07, grifo nosso)

O primeiro grifo enfatiza novamente a metáfora do carro, destacando, no entanto, que ela “não estava dirigindo nada”, bem como também não estava animada com tudo aquilo. Não parecia se encaixar nesse modelo de vida bem-sucedida que os benefícios da branquitude haviam concedido a ela nos anos 1950. Muitas expressões desse excerto como: “I couldn't get myself to react”, “very still”, “very empty” enfatizam a ausência de movimento, parece ser, na verdade que Esther se sentia paralisada, como ela mesma relata: sem conseguir controlar a si mesma. Aqui notamos que a branquitude no eixo de sentir, pensar e agir está sendo descrita, embora Esther não seja capaz de nomear. Ela só pode se aproximar daquilo que “não tinha nome” com a descrição de (ausência) de movimento. A personagem se sentia desconexa com seu novo ambiente, mas não pode nomeá-lo, trazendo à tona os impactos psicológicos e sociais que a branquitude é capaz de causar nas pessoas que são afetadas por ela.

²⁷ White privilege is like an invisible weightless knapsack of special provisions, maps, passports, codebooks, visas, clothes, tools, and blank checks.

Esther afirma se sentir vazia, diz estar sendo levada de forma monótona no olho de um tornado, ficando cada vez mais nítido seu sentimento de confusão. Mais adiante, conseguimos vislumbrar o porquê disso: “This hotel – the Amazon – was for women only, and they were mostly girls my age with *wealthy parents* who wanted to be sure their daughters would be living where men couldn’t get at them and deceive them” (Plath, 2005, p. 08, grifo nosso). A descrição que a personagem faz do hotel em que ela estava hospedada leva o leitor a compreender que aquele não era um local que normalmente ela faria parte, pois a maioria das meninas que lá se encontravam eram filhas de “pais ricos”.

Esther não era uma garota rica ou filha de pais ricos; ela estava vivenciando na pele o que a branquitude é capaz de causar nas pessoas, porque, naquele momento, ela não fazia parte daquele local, ela não era parte do sistema. A branquitude é “um processo complexo que envolve não apenas as características físicas, mas também as características sociais e econômicas que possibilitariam o ingresso na brancura” (Alves, 2010, p. 20). Ser branca naquele ambiente não era suficiente para que ela pudesse se sentir parte do local. Esther não tinha os recursos sociais e financeiros para, junto com suas novas colegas, se sentir animada e confortável com sua nova vida. A partir disso, vemos que Esther assume para si a necessidade econômica, em vez de se permitir questionar a respeito do jogo ideológico da branquitude.

A personagem estava acostumada a ter que lutar junto com sua mãe para sobreviver: “*My mother had taught shorthand and typing to support us ever since my father died, and secretly she hated it and hated him for dying and leaving no money because he didn’t trust life insurance salesmen*” (Plath, 2005, p. 33, grifos nossos). Seu pai, que já não era mais vivo, não havia deixado nenhum recurso financeiro para ela e sua mãe, que tinha que trabalhar dobrado para sustentá-las. A mudança repentina de ambiente vivenciada por Esther parece tê-la deixado sem rumo, isso, na verdade, é o que o sistema quer. Ele não aceita que uma garota comum possa fazer parte dele e assim, faz com que ela se sinta motivada a desistir de tudo aquilo que ela tenha conquistado.

O problema da personagem é que ela não se enxergava dessa forma, Esther não se dá conta do que está passando e, assim, aceita tacitamente as imposições feitas pela branquitude, não entrando em nenhum momento em confronto com ela. Até o momento, parecia não ser claro para a personagem que ela poderia não ser bem-vinda naquele ambiente. Contudo, ao prosseguir com a leitura do livro, um sentimento de esperança surge quando Esther, por fim, se dá conta de que não estava se encaixando naquele local. Em um encontro arranjado por uma de suas superiores no estágio, ela conhece um rapaz que trabalha na ONU, Constantin, ele a

convida para uma visita ao prédio da organização, algo que pode parecer simples, mas que causou extremo incômodo na personagem:

For the first time in my life, sitting there in the sound-proof heart of the UN building between Constantin, who could play tennis as well as simultaneously interpret, and the Russian girl who knew so many idioms, *I felt dreadfully inadequate. The trouble was, I had been inadequate all along; I simply hadn't thought about it.* (Plath, 2005, p. 60, grifo nosso).

Esther primeiro frisa estar no meio de Constantin, alguém capaz ao mesmo tempo de jogar tênis e ser um intérprete, e de uma garota russa aparentemente poliglota, e isso faz com que ela se dê conta do quanto ela era inadequada, parecendo não se considerar boa o bastante para estar no meio daquelas pessoas. Mas não é por acaso que uma simples visita à ONU cause esse impacto na personagem. Desde sua chegada a Nova York, Esther tem projetado significados aos espaços que adentrou (Santos e Oliveira, 2001). Se antes, no espaço físico do seu lar, ela somente tinha encarado as dificuldades financeiras, no Hotel Amazon e na ONU, Esther entra em choque com a branquitude. Este choque é causado porque, por meio desses locais e dessas pessoas, o sistema a lembra constantemente de que ela não faz parte dali.

Esses locais também traduzem o conflito psicológico que Esther estava vivenciando, pois ocorre uma mudança em seu espaço social. No entanto, apesar do vislumbre, a personagem ainda não é capaz de entender o que, de fato, está acontecendo, além disso estamos falando de uma vivência da década de 1950. Contudo, esse processo ocorre sobretudo porque a branquitude é tão não marcada que só se torna possível enxergá-la pelos membros que fazem parte dela em situações em que eles mesmos são colocados como minoria (Garner, 2007). No entanto, há uma contradição nesse momento, porque Esther não se enxerga como minoria. Esther não age, não revida; ela aceita seu destino.

Utilizando um recurso literário para definir Esther, podemos classificá-la como uma personagem plana, pois “permanecem inalteradas no espírito porque não mudam com as circunstâncias” (Candido, 1976, p. 46). Sendo assim, não há de se esperar uma reviravolta da personagem. Ela continuará aceitando o que o sistema guarda para ela, pois, apesar de tudo, a branquitude é conveniente para Esther. Sem isso, não seria possível o “privilegio” de experimentar aquela vida luxuosa. Entretanto, tudo isso lhe custaria caro. Todos esses privilégios teriam um preço: a sua sanidade mental. Dentro de tantas possibilidades apresentadas à personagem, desde que se deu conta de sua inadequação, Esther já não sabia mais o que fazer, e isso fica claro logo em seguida:

I saw my life branching out before me like the green fig-tree in the story. From the tip of every branch, like a fat purple fig, a wonderful future beckoned and winked. One fig was a husband and a happy home and children, and another fig was a famous poet and another fig was a brilliant professor, and another fig was Ee Gee, the amazing editor, and another fig was Europe and Africa and South America, and another fig was Constantin and Socrates and Attila and a pack of other lovers with queer names and off-beat professions, and another fig was an Olympic lady crew champion, and beyond and above these figs were many more figs I couldn't quite make out. *I saw myself sitting in the crotch of this fig-tree, starving to death, just because I couldn't make up my mind which of the figs I would choose.* I wanted each and every one of them, but choosing one meant losing all the rest, and, as I sat there, *unable to decide*, the figs began to wrinkle and go black, and, one by one, they plopped to the ground at my feet (Plath, 2005, p. 60, grifos nossos).

Este é um dos trechos mais famosos da obra de Plath, é uma tradução em palavras de tudo o que se passava no espaço psicológico da personagem. Aqui, ela descreve uma figueira, na qual cada ponta de galho representava um figo, e cada um deles representava uma oportunidade de caminho a ser seguido por ela, podendo escolher desde ser uma mãe de família ou uma campeã olímpica. Contudo, ela é incapaz de decidir qual desses caminhos seguir e, enquanto fica parada, cada figo apodrece, resultando na morte de todas aquelas possibilidades. Se relembrarmos a analogia que Garner (2007) faz ao privilégio branco, como sendo uma mochila de provisões, podemos entender aqui a árvore como tal, na qual cada figo representa uma provisão. No entanto, mesmo com o privilégio da escolha proporcionado pela branquitude, Esther se mantém inerte.

A árvore representa, de certa forma, o espaço psicológico da personagem e também traduz a desorientação provocada pelo choque entre ela e o sistema. Sarah Ahmed (2007, p. 163, tradução nossa) afirma: “Quando a chegada de alguns corpos é notada, quando uma chegada é notável, isso gera desorientação na forma como as coisas estão arranjadas”. A autora nos ajuda a entender que a desorientação de Esther é causada por ser essa uma reação natural da branquitude quando corpos que não fazem parte dela se inserem no seu meio. Em outras palavras, Esther é incapaz de tomar qualquer decisão sobre sua vida naquele momento, pois o sistema apenas a vê como um corpo estranho em um ambiente que já foi arranjado; ela, na verdade, não pode escolher. Isso se comprova pelo uso da expressão “unable to decide”, que nos mostra que Esther é apenas conduzida pelo sistema.

Podemos, então, neste momento, recuperar o título deste capítulo, entendendo a branquitude como uma redoma, um espaço que insere e expelle indivíduos à medida de suas conveniências. Assim, vimos que, considerada parte do sistema por ser branca, Esther é colocada para fora dele em diversas situações. Não há também um movimento de quebra da redoma; as coisas continuam as mesmas. Afinal de contas, é o que deseja a branquitude: que

Esther aceite suas normas impostas, para que assim possa reproduzi-las, como uma marionete do sistema. Por fim, o que está por vir não são confrontos com sua realidade. O que veremos é que, mesmo ferida pela branquitude da qual ela mesma faz parte, Esther dará continuidade ao sofrimento sentido, tornando-se, portanto, uma perpetuadora dos valores brancocêntricos.

3.4 A branquitude como expressão interpessoal: Esther e o mundo

Compreendemos anteriormente que Esther, mesmo fazendo parte do sistema, acaba sendo “prejudicada” por ele. O fato é que a branquitude não é estável, ela está em constante movimento. De acordo com Lee Bebout (2020, p. 252, tradução nossa), “[a] brancura pode mudar, deslocar e enfatizar elementos diferentes e contraditórios a qualquer momento, dependendo da exigência da situação”²⁸. Isso infere que, dependendo da necessidade, ela muda seu enfoque de opressão, tornando-se, de certo modo, contraditória, visto que até mesmo membros do sistema se tornam alvos.

Contudo, observamos que a protagonista, em nenhum momento, confronta o sistema, pelo contrário, ela o aceita e se submete a ele. Essa atitude pode ser explicada pelo fator da “invisibilidade” da branquitude. Sua invisibilidade se traduz em normalidade, o que significa que membros do sistema podem não notar sua existência. Entretanto, naturalmente adequam seu comportamento conforme a situação, especialmente quando percebem que estão em vantagem. Garner afirma que (2007, p. 43, tradução nossa), “[...] a natureza não marcada (a qual nos referimos aqui como ‘invisibilidade’) da branquitude deriva do fato de ser o ponto central a partir do qual tudo o mais pode ser visto, mas que só pode se ver a si mesma se refletida em outro”. Esse processo de ter existência a partir do outro é um exercício frequente da personagem:

‘Honestly,’ Doreen said, ‘this one’ll be different.’
 ‘Tell me about him,’ I said stonily.
 ‘He’s from Peru.’
 ‘They’re squat,’ I said. ‘They’re ugly as Aztecs’
 (Plath, 2005, 79, grifo nosso).

Doreen, uma amiga de Esther, tenta convencê-la a sair com um rapaz, afirmando que “dessa vez será diferente”. No entanto, ao descobrir que ele é peruano, Esther prontamente se recusa, sustentando a ideia de que “eles são baixinhos e feios como os astecas”. Por meio dessa

²⁸ “Whiteness can change, shift, and emphasize different, seemingly contradictory elements at a moment’s notice, depending on the exigency of the situation”.

linguagem, ao associar características negativas à nacionalidade do rapaz, Esther reafirma sua identidade e estabelece uma hierarquia de superioridade, utilizando estereótipos. Segundo Richard e Stefancic (2001, p. 155, tradução nossa), “estereótipo é uma imagem fixa, geralmente negativa, de membros de um grupo”²⁹. Ela utiliza esse recurso advindo da racialização para explicar à amiga que uma garota como ela não se submeteria a um encontro com alguém considerado inferior a ela em termos de branquitude.

Ao utilizar estereótipos, Esther perpetua estigmas de preconceito que estão intimamente ligados à branquitude. Isso pode ser interpretado como uma “microagressão”, de acordo com Richard e Stefancic (2001, p. 151), esse termo representa um, “pequeno e impactante encontro com o racismo, geralmente despercebido pelos membros da raça majoritária”. Ou seja, a microagressão praticada por Esther pode ser considerada como trivial, pois pode passar despercebida, já que para ela aquilo é apenas uma reprodução da sociedade que ela está inserida. No entanto, sua atitude revela a essência do sistema da branquitude, uma complexidade de mecanismos envolvidos na intenção de perpetuar uma ideologia baseada na negação de grupos racializados (Bebout, 2020).

Percebe-se que é natural para a personagem proferir ofensas a pessoas de cor, na busca de tentar se sentir melhor. Essa é a sua forma de se relacionar com o mundo, ou seja, suas conexões interpessoais. É comum para ela se reafirmar à custa da atribuição de características negativas a grupos racializados: “The city had faded my tan, though. *I looked yellow as a Chinaman*. Ordinarily, I would have been nervous about my dress and *my odd colour*, but being with Doreen made me forget my worries” (Plath, 2005, p. 10, grifos nossos). A personagem utiliza novamente a linguagem como mecanismo repressivo e, por meio dela, faz uma conotação negativa a uma característica fenotípica de pessoas asiáticas.

A utilização da expressão “odd color” atrela a cor amarela ao sentido de algo estranho, logo, não natural, o que traduz uma das características da branquitude, ser branco representa a normalidade. Esther exercita sua naturalidade à medida que despreza a cor de um outro. Já vimos que a branquitude nega a existência do outro como forma de se definir e usa a linguagem como uma arma para isso. Nesste sentido, fica claro que Esther sabe utilizar essa arma, uma vez que as comparações que ela utiliza sempre colocam logo abaixo dela pessoas que, para ela, não são sinônimo de coisas boas. Nesse caso, a justaposição de Doreen e “odd” constroem Esther como superior.

²⁹ “Fixed, usually negative, image of members of a group”.

Já no final de sua estadia em Nova York, as coisas já não faziam tanto sentido para Esther que estava cada vez mais apática. Na sentença de abertura do capítulo dez do romance, momento em que Esther acaba de deixar para trás sua vida naquela grande cidade, tendo que voltar para sua realidade não muito atraente no interior do país, a personagem descreve sua aparência por meio de uma comparação que, na cabeça dela, faz sentido: “The face in the mirror looked like a *sick Indian*” (Plath, 2005, p. 86, grifo nosso). O retorno à sua vida em Boston marca um momento em que os sentimentos de Esther em relação à sua vida pessoal começam a declinar de forma mais profunda, o que acaba por fazer com que a personagem até mesmo tente tirar sua própria vida. No entanto, essa autodepreciação por intermédio do outro, quando, na tentativa de não se colocar numa posição não tão inferior, compara seu semblante enfermo ao de uma pessoa indígena, reitera que a personagem necessita constantemente do apagamento de um outro para que ela se encontre, o que revela um movimento de conflito constante dela na busca de si.

Infelizmente, mesmo estando ferida pela branquitude, Esther segue reproduzindo frequentemente o sofrimento que ela mesma sentiu na pele. Essas microagressões, no entanto, nos levariam a algo ainda maior: a violência física. Com o passar dos dias e sua situação psicológica piorando, sua mãe decide interná-la em um hospital psiquiátrico. Esther passa a ser tratada neste local com choques e medicações, convivendo com garotas que, assim como ela, tinham desenvolvido problemas psíquicos. Nesse ambiente, Esther convivia também com os profissionais que ali trabalhavam, incluindo médicos e enfermeiras. No entanto, apesar de doente, a personagem continuava com sua personalidade questionável, e nunca deixava de fazer comentários ácidos sobre as pessoas:

Some of them looked so young I knew they couldn't be proper doctors, and one of them had a queer name that sounded like *Doctor Syphilis*, so I began to look out for suspicious, fake names, and sure enough, a dark-haired fellow who looked very like Doctor Gordon, except that he had black skin where Doctor Gordon's skin was white, came up and said, '*I'm Doctor Pancreas*,' and shook my hand (Plath, 2005, p. 135, grifos nossos).

Esther, apesar das brincadeiras com os nomes dos médicos, ainda assim os chamava pela designação de sua profissão, o que representa resquícios de “respeito” para com aqueles funcionários. Contudo, logo em seguida, no momento em que ela estava na sala de jantar do hospital psiquiátrico com suas amigas, percebe que havia uma nova pessoa responsável por servir a comida naquele dia. Ela relata que, geralmente, quem servia o jantar era, em uma

tradução ao pé da letra, um “velho branco e curvado”, porém, naquele dia seria “um negro”, forma pela qual ela passa a se referir a esse novo funcionário.

Ao longo dessa passagem do livro, a personagem parece irritada com a presença desse novo rapaz demonstrando uma indignação com sua aparição desde que ele surgiu na sala de jantar com o carrinho de comidas. Esther fica ainda mais irritada quando percebe que ele irá servir naquela noite dois tipos de feijões, algo que para ela é inadmissível. Esse momento toma duas páginas do livro, e, repetidamente, ao se referir ao rapaz, a personagem faz questão de chamá-lo de “negro”. Como são muitos os excertos que demonstram essa atitude, trouxemos aqui uma sequência de trechos que comprovam essa repetição: “*The negro* wheeled the food cart into the patients’ dining-room” (Plath, 2005, p. 136, grifo nosso); “Usually it was a shrunken old white man that brought our food, but today it was *a negro*” (Plath, 2005, p. 136, grifo nosso); “*The negro* was with a woman in blue stiletto heels, and she was telling him what to do. *The negro kept grinning and chuckling in a silly way*” (Plath, 2005, p. 136, grifo nosso); “All the time *the negro* was banging down the tureens and then the dented silver and the thick, white china plates, *he gawped at us with big, rolling eyes*” (Plath, 2005, p. 136, grifo nosso); “Now I knew perfectly well you didn’t serve two kinds of beans together at a meal. Beans and carrots, or beans and peas, maybe, but never beans and beans. *The negro was just trying to see how much we would take*” (Plath, 2005, p. 137, grifo nosso).

Fica perceptível o uso do recurso anafórico na construção destas sentenças. De acordo com J. A. Cuddon (2013, p. 35, minha tradução), uma anáfora representa “um recurso retórico que envolve a repetição de uma palavra ou grupo de palavras em cláusulas sucessivas”. Em outras palavras, utilizamos uma anáfora quando desejamos reforçar determinada ideia. De tal maneira, o que Esther deseja ao reiteradamente repetir o termo “the negro” é se sobrepor a esta pessoa, colocar-se em um local de superioridade, que, caso seja desrespeitado, merece retaliação. Além disso, é novamente uma forma de se reafirmar enquanto pessoa branca, pois, como visto, a branquitude somente existe na medida em que apaga os “outros” por meio da racialização.

Vemos ainda nessa passagem o enfoque em características do rapaz dados por Esther. Ela afirma que ele possui uma “risada idiota” e a encarava com “olhos grandes e esbugalhados”, atribuindo, um tom negativo, a esses traços. Conforme Kabengele Munanga destaca (2019, p. 18), foi criado desde muito cedo um imaginário do negro: ele é “[...] sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica”. Ao se referir a ele enfatizando esses aspectos, Esther tenta diminuí-lo de alguma maneira, como forma de exprimir seu desprezo, perpetuando

a ideia do negro primitivo e inferior. Para além do uso da linguagem como forma de menosprezá-lo, e utilizando como pretexto o fato de ter sido servida com dois tipos de feijões diferentes pelo rapaz, planeja atingi-lo fisicamente para puni-lo:

The nurse came back, and the negro edged off at a distance. I ate as much as I could of the baked beans. *Then I rose from the table, passing round to the side where the nurse couldn't see me below the waist, and behind the negro, who was clearing the dirty plates. I drew my foot back and gave him a sharp, hard kick on the calf of the leg.* The negro leapt away with a yelp and rolled his eyes at me. 'Oh Miz, oh Miz,' he moaned, rubbing his leg. 'You shouldn't of done that, you shouldn't, you reely shouldn't.' *'That's what you get,' I said, and stared him in the eye* (Plath, 2005, p. 137, grifos nossos).

Além de descrição, a focalização de Esther também coloca “palavras incorretas” quando o sujeito negro fala. Em lugar de ser uma celebração de uma forma de falar, parece ser um uso de diminuição também: “really” vira “reely”, “shouldn't have done” vira “shouldn't of done”. Enfatiza-se, assim, a diferença de ser branco pelo sotaque. À medida que a personagem se expressa por meio da linguagem, ela gera um espaço linguístico (Santos; Oliveira, 2001). Vemos, nesse sentido, a criação da língua como um espaço de problema social, pois destaca o sujeito como menos instruído, incapaz de pronunciar palavras da forma correta, reforçando a estigmatização do negro, que marca a linguagem utilizada por pessoas pretas como inferior, logo ele é inferior a ela.

Por esse motivo, Esther deseja se vingar do rapaz. Esther não é inocente. A agressão física apresentada foi planejada calculadamente por ela, pois para a personagem não era uma opção não atingir aquele rapaz. Ao chutá-lo, Esther materializa seu desprezo. Na leitura da branquitude, seria um engano pensar que a atitude de Esther é uma reação pontual em relação à sua frustração por ter comido feijões em seu jantar. O que fica demonstrado em sua atitude é a tradução de um comportamento da branquitude, pautado em um discurso de raça que instituiu um nível de hierarquia entre as pessoas, na qual pessoas brancas como Esther assumem arbitrariamente serem superiores às demais raças e não devem, portanto, ser “tratadas” da forma como ela foi:

A ideologia da branquitude, embora estreitamente ligada à supremacia branca, encapsula a predisposição subconsciente na sociedade de elevar as pessoas brancas enquanto, simultaneamente, oprime as pessoas negras. Isso é feito por meio de microagressões, estereótipos, complacência com o racismo, entre outros³⁰ (Giles, 2020, p. 02, tradução nossa).

³⁰ “Whiteness ideology, although closely connected to white supremacy, encapsulates the subconscious predisposition in society to elevate white people while simultaneously oppressing black people. This is done through microaggressions, stereotypes, complacency of racism, etc”.

Se a ideologia branca se baseia na opressão de pessoas negras, o que consequentemente inclui outros grupos racializados, Esther, infelizmente, mesmo que de maneira inconsciente, se mostra complacente com essa ideologia e se utiliza constantemente de seu privilégio branco para perpetuar o racismo por meio de suas atitudes com os outros. Seu desenvolvimento como personagem, que, mesmo tendo sofrido com a branquitude, não reage ao sistema, confirma o apresentado na subseção anterior de que, no fim, ela não passava de uma personagem rasa.

No final das contas, a relação que Esther tinha com os outros (aquelas pessoas que ela racializa constantemente) demonstra que ela é, sim, uma perpetuadora da ideologia brancocêntrica dos Estados Unidos na década de 1950. A personagem consegue, por meio da linguagem e da violência física, formas articuladas de atingir o outro, perpetuando racismo através da maneira como se relaciona com essas pessoas. É necessário frisar que não estamos atribuindo juízo de valor às suas atitudes, afinal, não queremos que tudo seja reduzido a anacronismo. Contudo, a personagem é o que é: ela representa a branquitude como um todo. Ela racializa e menospreza pessoas que não considera como semelhantes, pois não as enxerga como parte do natural da brancura. Suas micro e macroagressões materializam um sistema que faz parte dela. Ela se sente superior, vê os outros como menores e age com violência, reforçando as crenças e valores da branquitude.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

The Bell Jar é uma obra canônica que, apesar de ter sido publicada em 1963, fornece até hoje conteúdo crítico para diversas linhas de pesquisa. Com base na leitura da obra, pode-se perceber nas vivências de Esther aspectos característicos de um sistema que apresenta recortes de discriminação racial, e foi por esse motivo que decidimos neste trabalho seguir com os estudos críticos de branquitude, na esperança de apresentar, por meio dela, uma representação real da branquitude do século XX, reforçando mais uma vez que não é, nem foi, em momento algum, a ideia desta pesquisa levantar um juízo de valor a respeito da obra.

Assim, o inquietamento ocasionado pela leitura deste cânone nos trouxe até a seguinte pergunta: De quais formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude? Desse modo, para que a resposta à nossa pergunta fosse alcançada, foram elaborados os seguintes objetivos: Investigar de quais formas Esther Greenwood usufrui e sofre frente aos seus privilégios brancos na obra literária *The Bell Jar* (2005 [1963]), à luz dos estudos críticos da branquitude. Para que o objetivo geral pudesse gerar resultados à nossa questão norteadora, propomos os seguintes objetivos específicos: Discutir os pressupostos teóricos dos estudos críticos da branquitude com ênfase na noção de privilégios brancos e relacionar as formas de pensar, sentir e agir da protagonista, baseadas em seus privilégios brancos, nas suas relações intra- e interpessoais.

A partir das análises feitas neste espaço, podemos considerar que nossos objetivos foram atingidos com satisfação, algo que só foi possível graças às discussões teóricas levantadas a respeito dos estudos críticos de branquitude, que nos possibilitaram o caminho para que esta pesquisa fosse concretizada. Assim, conseguimos afirmar que Esther Greenwood usufrui de seu privilégio branco quando dado os parâmetros de vida para imigrantes nos séculos XIX e XX nos Estados Unidos. A personagem, mesmo sendo uma mulher pobre, porém branca, consegue alcançar uma mudança de status social por meio de seus estudos, não considerando a meritocracia como verdade concretizadora desse feito, mas sim as diferentes oportunidades que são garantidas aos membros que são considerados parte do sistema.

Esther adentra em espaços que jamais uma pessoa pobre e racializada nos Estados Unidos, na década de 1950, conseguiria adentrar. Contudo, também podemos afirmar que a personagem sofre em detrimento do mesmo sistema, pois, como demonstrado ao longo desta pesquisa, a branquitude pode a qualquer momento mover os indivíduos para dentro e fora de

seus espaços, o que pode envolver fatores econômicos, sociais e políticos. Consequentemente, ao adentrar em um espaço composto pela classe alta dos Estados Unidos, da qual a personagem jamais fez parte, o próprio ambiente fez questão de lembrá-la constantemente de que ela, enquanto mulher pobre e filha de pais imigrantes, não era bem-vinda ali, gerando desconforto na personagem, que viria a demonstrar diversas vezes um psicológico abalado e confuso.

Observamos ainda que, mesmo tendo tido uma experiência negativa com o sistema, Esther, em nenhum momento, deixa de se submeter a ele; pelo contrário, reproduz constantemente os valores brancocêntricos de sua época, repetindo preconceitos por meio de estereótipos e violência física, movimento que a define como branca e superior em situações em que se vê em desvantagem. Acaba, assim, reforçando que, apesar de não possuir nome naquela época, a branquitude já era uma característica viva e concreta para os indivíduos tidos como parte dela.

Quanto às dificuldades deste trabalho, destaco, primeiramente, o conceito teórico branquitude, especialmente quando consideramos que esse termo pode gerar certo tipo de estranhamento quando visto pela primeira vez. Nessa perspectiva, enfatizo a falta de familiaridade que eu³¹ possuía com o tema, já que, no cerne dos meus próprios privilégios, desconhecia esse conceito e suas implicações. Comecei a pesquisar sobre branquitude há menos de um ano e, muitas vezes, me vi perdida, sem saber em quais obras buscar informações relevantes. No entanto, isso me fez crescer muito como pesquisadora, pois, de certa forma, fui “obrigada” a aprender algo do zero. Apesar de acreditar que, pela ignorância com o tema, este trabalho poderia ter sido muito melhor, acredito que estou desenvolvendo um olhar mais atento e cuidadoso para a pesquisa.

Ainda assim, destaco que colocar em análise um inquietamento que levanta reflexões a partir de questões raciais diante da obra de Sylvia Plath foi um grande desafio, especialmente por se tratar de um cânone da literatura estadunidense. Existiu, e ainda existe, um medo real de que possíveis leitores desta pesquisa interpretassem de forma negativa as discussões aqui levantadas. Por esse motivo, é crucial destacar que, em nenhum momento, associamos a escritora à sua obra; esta é, na verdade, uma análise interpretativista da personagem dentro dessa prática cultural, de maneira que possamos gerar reflexões a partir de um sistema que há muito gera sofrimento em nossa sociedade.

As atitudes e as formas de pensar, sentir e agir de Esther Greenwood reproduzem o meio ao qual ela estava inserida, e é necessário que possamos problematizar essas questões para que

³¹ Utilizo a primeira pessoa do singular nesta parte do trabalho, pois apresento dificuldades de cunho pessoal.

não sejamos, assim como Esther, veículos de reprodução de um sistema pautado em uma hierarquia racial inventada. Notamos que, apesar de ser um tema difundido há alguns anos, os estudos críticos de branquitude necessitam ainda receber mais notoriedade. A maioria dos achados desta pesquisa em relação a pesquisas e bases teóricas foram encontrados em bancos de dados norte-americanos. As citações encontradas, em sua maioria, foram traduzidas para o português para que possíveis leitores pudessem ter acesso à informação. É importante que outros países e, inclusive, o Brasil se mobilizem para o aprofundamento do tema.

Por fim, esperamos que, a partir deste trabalho, surjam outras análises, outros olhares que coloquem no centro dos problemas raciais, a branquitude. Desejamos, ainda, que esta pesquisa possa estimular outros pesquisadores a olharem com outros olhos obras por eles já lidas e analisadas sob outras lentes críticas, isso contribuirá para que, cada vez mais, este tema tome notoriedade e a população desperte para as questões sistemáticas e ideológicas que têm dominado nossa sociedade. Ansiamos que esta pesquisa sirva de alimento para demais inquietações a respeito da prática cultural em questão, pois certamente há muito mais que pode ser aprofundado na obra a respeito da branquitude; afinal, um trabalho de pesquisa nunca tem fim: é apenas o começo de muitas reflexões que podem surgir.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. A phenomenology of whiteness. **Feminist Theory**, v. 8, n. 2, p. 149-168, 2011.

ALVES, Luciana. Significados de ser branco: a brancura no corpo e para além dele. **Unpublished Master's dissertation**, USP, 2010.

ANDERSON, Laura. **Disrupted Ambitions And Unmasked Identities: An Analysis of Doubleness in Sylvia Plath's The Bell Jar and Ralph Ellison's Invisible Man in Cold War America**. 2023.

ÁVILA, Daiara Suellen Gabriel de. **Direitos civis e ativismo negro feminino nas escritas de si de Rosa Parks e Nina Simone (1950s-1960s)**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BEBOUT, Lee. Whiteness. PAPAGIANNI, Chrysavgi. HENDLER, Glenn. **Keywords for American Cultural Studies**. Terceira edição, p. 249-253, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

BHATT, Pooja. **The Feminist Perspective in the novel 'The Bell Jar'**. 2013. Tese de Doutorado. Department of English.

BHOPAL, Kalwant. Critical Race Theory: Confronting, Challenging, and Rethinking White Privilege. **Annual Review of Sociology**, v. 49, p. 111-128, 2023.

BROWN, Cynthia Stokes. Refusing racism: **White allies and the struggle for civil rights**. Teachers College Press, 2002.

CABRERA, Nolan; ZIMMERMAN, Chris Corces. Critical Whiteness Studies. **Sage Encyclopedia of Higher Education**. Vol. 1, pp. 327-328. Publisher: SAGE Publications. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/353224362_Critical_Whiteness_Studies. Acesso em 12. nov. 2023.

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes Limitada, 2016.

CHANDRAN, Navya. **A Psychoanalytical Study of Sylvia Plath's The Bell Jar**. International Journal of English Language, Literature and Translation Studies, v. 3, n. 2, p. 411-16, 2016.

CHRISMAN, Laura et al. Bhabha, Homi K. "Forward to the 1986 edition by Homi K. Bhabha." **Black Skin White Masks**. Frantz Fanon. 1952. Translated by Charles Lam Markmann. Pluto Press, 2008.

CUDDON, J. A. **A dictionary of literary terms and literary theory**. Chichester, West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, A John Wiley & Sons, Ltd. Publication, 2013.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical race theory: An introduction**. NYU Press, 2001.

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. Chicago: A. C. McClurg & Co. 1903.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do Povo Negro**. Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Porto Alegre, 1998.

FRANKENBURG, Ruth. **White women, race matters: The social construction of whiteness**. Routledge, 1993.

GALLAGHER, Charles A. White Racial Formation: Into the Twenty-First Century. In **Critical White Studies**, editado por Richard Delgado e Jean Stefancic, p. 06-11. Temple University Press, 1997.

GARNER, Steve. **Whiteness: an introduction**. New York: Routledge, 2007.

GARNSEY, Ann. **Racial touring in twentieth-century America: the politics and possibilities of whiteness**. Washington State University, 1997.

GILES, Keith. Whiteness: An Ideology of Violence and Power as Represented in Chesnutt's The Marrow of Tradition, Schuyler's Black No More and Larsen's Passing. 2020. **Dissertação de Mestrado**. San Jose State University.

GIROUX, Henry A. Rewriting the discourse of racial identity: towards a pedagogy and politics of whiteness. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 97-132, 1999.

GRAHAM, John R. The End of the Great White Male. In **Critical White Studies**, editado por Richard Delgado e Jean Stefancic, p. 03-05. Temple University Press, 1997.

GRAY, Chandra C. **The post-World War II era American dream home and its influence on the homes of today**. 2000. Tese de Doutorado.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: história breve do século XX: 1914-1991**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 81-126, 1992.

JOHNSON, Ollie; STANFORD, Karin (Ed.). **Black political organizations in the post-civil rights era**. Rutgers University Press, 2002.

KENDALL, Frances. **Understanding white privilege: Creating pathways to authentic relationships across race**. Routledge, 2002.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. Between the lines, 2010.

KIVISTO, Peter. **Multiculturalism in a global society**. John Wiley & Sons, 2008.

LEONARDO, Zeus. **Race, whiteness, and education**. Routledge, 2009.

LÓPEZ, Ian F. Haney. The social construction of race: Some observations on illusion, fabrication, and choice. **Harv CR-CLL Rev.**, v. 29, p. 1, 1994.

LUBABA, Silvia. Esther Greenwood's Distaste of Life as Seen in Sylvia Plath's The Bell Jar. **NOBEL: Journal of Literature and Language Teaching**, v. 8, n. 1, p. 9-21, 2017.

MINAYO, Maria Cecília De Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2002.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismooIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, Rio Grande do Sul: UFSM, NTE, 2018.

PLATH, Sylvia. **The Bell Jar** (1963). Faber & Faber, 2005.

SALSABILA, Mutiara. Women Stereotypes in The Bell Jar by Sylvia Plath. **Linguistika Kultura: Jurnal Linguistik Sastra Berdimensi Cultural Studies**, v. 11, n. 2, p. 94-100, 2022.

SANTOS, Luis Alberto Brandão; OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. **Sujeito, tempo e espaços ficcionais: introdução à teoria da literatura**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. Veneta, 2012.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. rev. Fortaleza-Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará-EdUECE, 2015.

SILVA, Karine de Souza. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. **Sequência (Florianópolis)**, v. 44, n. 93, p. e92064, 2023.

SILVA, Maria Luiza A. **Descolonizando a universidade**: diálogos entre racismo, etnia e educação. Editora UFMG, 2016.